

(RE) CONSTRUIR O DESAFIO



Carta Educativa 2016 - I Revisão
Concelho São Pedro do Sul



ÍNDICE

SUMÁRIO.....	3
INTRODUÇÃO	6
2. ANÁLISE GEOGRÁFICA.....	14
2.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	14
2.2 ACESSIBILIDADES.....	15
2.3 REDE VIÁRIA CONCELHIA.....	16
2.4 A HIERARQUIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS.....	16
2.4.1 Hierarquização dos Aglomerados: Tendências Futuras.....	19
2.5 POLÍTICAS URBANAS.....	20
3I ANÁLISE DEMOGRÁFICA	21
3.1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL	21
3.2 A ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO.....	24
3.3 POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS	30
4 - CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	31
4.1 – A PROCURA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO	31
4.1.1 Educação Pré-escolar	35
4.1.1.1 Educação Pré-escolar: AAAF	36
4.1.1.2 Ensino Básico: 1º CEB.....	38
4.2 PROJETOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS.....	39
4.3 TAXAS DE OCUPAÇÃO.....	40
4.3.1 Educação Pré-Escolar – Taxas de Ocupação.....	41
4.3.2 Educação Básica – 1º CEB.....	44
4.3 Estado de Conservação e Adequação dos Espaços.....	49
4.3.1 Educação Pré-Escolar.....	50
4.3.2 Educação Básica. 1º CEB.....	51
5. DIAGNÓSTICO.....	52
6. PROPOSTAS DE (RE) ORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR.....	54
7. PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO	57
8. CONCLUSÃO	58

SUMÁRIO

A elaboração da carta educativa é da responsabilidade da Câmara Municipal. Esta deverá ser aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. O documento intitulado "Partilhar Responsabilidades" constituiu a 1ª carta educativa do concelho de São Pedro do Sul, integrada na revisão do P.D.M, aprovada a 14/07/2006 em Conselho Municipal de Educação e a 29/09/2006 em Assembleia Municipal. Esta obteve parecer favorável do GIASE e da, então, DREC em 20 de dezembro de 2006.

Diferentes fases/etapas foram necessárias para a elaboração da 1ª Carta Educativa do concelho, traduzidas no documento nos seguintes pontos:

1. Enquadramento legislativo – legislação de suporte à elaboração do documento. Referência mais específica à Carta Educativa e ao Conselho Municipal de Educação (princípios e objetivos estratégicos).
2. Análise geográfica do Concelho – enquadramento territorial e caracterização física do concelho; acessibilidades, apresentação e evolução do quadro socioeconómico do concelho, análise prospetiva da mesma temática e apresentação da hierarquização dos principais aglomerados;
3. Análise demográfica do concelho – análise da evolução populacional, apresentação da estrutura etária da população do concelho, e referência a políticas demográficas;
4. Caracterização e evolução do sistema educativo – passado, presente e futuro da oferta e procura educativa, níveis de escolarização dos alunos, taxas de abandono e (in) sucesso escolar, levantamento e avaliação do parque escolar existente (ex. taxas de ocupação, estado de conservação, acessibilidade, segurança);
5. Diagnóstico da situação educativa do concelho – identificação de necessidades prioritárias, atendendo ao levantamento anterior, perspetivando o futuro da procura educativa.
6. Propostas de (re) ordenamento da Rede Escolar – obedecendo a critérios definidos para o reordenamento da rede educativa, apresentam-se propostas efetivas para gerar novos recursos e formas de rentabilizar os já existentes.
7. Monitorização/Avaliação do Processo – reflexões avaliativas na implementação da Carta Educativa, discussão de todos os intervenientes do processo, não descurando os objetivos iniciais: garantir um sistema educativo de qualidade adequado às necessidades e possibilidades locais.

Trabalhar os pontos apresentados anteriormente permitiu conseguir uma análise da realidade educativa e fazer o levantamento das necessidades efetivas e prioritárias do concelho. Estas foram traduzidas em propostas e “projetos” de intervenção, que importa agora (re)avaliar.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”

Luís Vaz de Camões

É, por isso, tempo de (re) construir o desafio!

A legislação de suporte à elaboração deste documento, o D.L 7/2003 de 15 de janeiro regulamenta também os Conselhos Municipais de Educação.

Mais do que enumerar os objetivos da Carta Educativa ou a composição e as competências do Conselho Municipal de Educação, interessa compreender este DL como a “confirmação” da transferência de competências para os municípios, reconhecendo no poder local capacidades para olhar a educação e o ensino como prioridade de intervenção e competências para mobilizar os restantes agentes educativos e parceiros sociais. Este processo revelou descontentamento dos municípios em algumas questões, conforme nos dá conta o Conselho Nacional de Educação na sua Recomendação nº. 6/2012, nomeadamente ao nível das verbas transferidas, que acarretam claras “dificuldades para a administração local”.

No que diz respeito aos Conselhos Municipais de Educação, recomenda-se que se revejam as competências (promover a relevância deste órgão consultivo e a articulação com a rede social e os CLAS; garantir condições efetivas de articulação dos agentes educativos relevantes) e a constituição dos mesmos (integrar os diretores dos órgãos de administração e gestão das escolas e agrupamentos), como aliás se prevê em breve, com nova legislação a este respeito.

Importa, neste capítulo, concordar com o Conselho Nacional de Educação quando afirma que “o papel das autarquias definido na Lei de Bases do Sistema Educativo¹ é amplo mas genérico e carece, tendo em consideração toda a legislação posteriormente aprovada, de um enquadramento atualizado e mais preciso”.

Destacam-se no presente documento, em termos de enquadramento legislativo:

- Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto – estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade;

¹ Lei nº 46/86

- Despacho n.º 13170/2009 alterado pelo Despacho n.º. 5106-A/2012 – distribuição do n.º de crianças/alunos por turmas;
- Alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano – Resolução o Conselho de Ministros n.º 44/2010;
- Despacho n.º 4463/2011 – Agregação de Agrupamentos de Escolas e DL n.º 75/2008 de 22 de abril;
- Despachos sobre a Reorganização da rede escolar 1º CEB – diferentes orientações da tutela

Outra legislação utilizada como suporte à elaboração do presente documento será referenciada ao longo deste, sempre que se justifique, ou é assumida como subjacente no mesmo.

INTRODUÇÃO

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças”

Charles Darwin

O carácter situacional da realidade que tratamos obriga a ajustamentos constantes, com vista a um planeamento que acompanhe a evolução das realidades (locais e nacionais) e se revele ajustado às mudanças verificadas. Este será sempre um processo em construção, no qual, mais uma vez, assumimos o nosso compromisso.

Um novo diagnóstico da situação educativa e social do concelho permitirá (re)avaliar propostas de intervenção e decidir de forma concertada com a realidade, (re)organizando as políticas educativas locais. Nesta revisão da Carta Educativa, surgem-nos dados atualizados dos Censos², informações privilegiadas para um eficaz e mais efetivo planeamento. Este exige reflexão cuidada e urgente, mesmo obrigatória, para responder às advertências nacionais – é tempo de diminuir despesa pública e, embora a Educação deva ser sempre encarada como um investimento, não será alienada deste propósito, no sentido da rentabilização dos recursos existentes, sem descurar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

O presente documento pretende fazer uma análise crítica às propostas de (re)ordenamento apresentadas anteriormente, traçando objetivos ajustados, capazes de responder à nova realidade – demográfica, social e económica.

O conjunto das opções delineadas pretenderam sustentar as necessidades do concelho e garantir uma melhoria efetiva da qualidade do serviço educativo, respeitando simultaneamente os critérios de (re)ordenamento da rede educativa nacional³. Perspetivaram-se soluções ao nível do pré-escolar e do 1º CEB, em diferentes momentos de intervenção.

Foram propostas de (re)ordenamento, devidamente justificadas, em 2006:

² XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação. As freguesias serão tratadas neste documento de forma individual, sem a união a que algumas foram sujeitas, decorrente a reforma administrativa, no sentido de conseguir realizar comparação dos resultados do INE com dados anteriores de forma fidedigna.

³ Resolução do Conselho de Ministros nº44/2010 de 14 de junho estabelece novas orientações para o reordenamento da rede escolar, entre outros: estabelecimentos do 1º CEB devem funcionar com pelo menos 21 alunos encerrando os que não preencham este requisito, salvaguardando que este processo de extinção, teoricamente, é articulado com os municípios.

- Construção de uma EB1/JI em São Pedro do Sul que servirá os alunos das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea, Bordonhos e Baiões, encerrando todas as escolas do 1º CEB destas freguesias e respetivos jardins-de-infância.
- Construção do pavilhão gimnodesportivo da, então, Escola EB2,3 de São Pedro do Sul (alteração à Carta Educativa de 2006, aprovada em minuta em 29/12/2006).
- Construção de um JI em Carvalhais para receber alunos desta freguesia, totalmente justificada pelas péssimas condições físicas do espaço e face ao excesso de alunos e às listas de espera verificadas;
- Construção de uma EB1 na zona NE do concelho, para acolher os alunos das freguesias de Pinho, Vila Maior, Figueiredo de Alva, Pindelo dos Milagres e São Félix encerrando todas as escolas do 1º CEB destas freguesias;
- Adaptar a EB1 de Santa Cruz da Trapa, aumentando o número de salas do 1º CEB com intenção de encerrar as outras escolas do mesmo grau de ensino nesta freguesia, e nas freguesias de S. Cristóvão de Lafões, Serrazes, Candal e Valadares;
- Adaptar a EB1 de Olivais de Sul a uma EB1/JI para receber os alunos das freguesias de Sul, São Martinho das Moitas e Covas do Rio;
- Manter a EB1 de Manhouce, dada a sua localização geográfica (que impossibilita o transporte das crianças aos Centros Escolares propostos) dado que se trata de uma escola no limite do concelho;
- Manter uma das Escolas de Carvalhais: EB1 de Sá ou EB1 de Carvalhais, justificadas pelo número de ocupação dos alunos e face ao desenvolvimento esperado para a freguesia (Pólo Pedagógico de Santa Cruz da Trapa).

Apresentadas as anteriores propostas de (re) ordenamento, é momento de, agora, se fazer nova análise, avaliação e apreciação das mesmas.

O presente documento, em traços gerais, mantém a estrutura do anterior e pretende também fazer o ponto da situação do Concelho, no que diz respeito à sua rede escolar e a todas as variáveis que a esta se associam.

A estimativa temporal de concretização das propostas apresentadas em 2006, e por isso a sua calendarização após a aprovação do Ministério da Educação⁴, obedeceu a critérios/prioridades. Contudo, a hierarquização temporal das propostas consentiu ajustamentos, de acordo com situações/negociações diversas: terrenos, verbas, financiamentos⁵, etc.

As propostas de (re)ordenamento apresentadas na I Carta Educativa não foram concretizadas na totalidade. Assim, é tempo de refletir sobre as que efetivamente se concretizaram, de acordo com o que inicialmente se perspetivou, respeitando a sua ordem cronológica.

Foi proposta anterior de (re)ordenamento da rede escolar do Concelho:

- Manter a EB1 de Manhouce como um pólo pedagógico do Centro Escolar de Santa Cruz da Trapa

A recuperação significativa da escola EB1 de Manhouce foi a primeira intervenção das propostas apresentadas.

Justificada pela dimensão relativa do aglomerado em relação à sua localização (espaço envolvente despovoado), esta escola no limite do concelho serve os alunos de toda a zona noroeste do mesmo. O transporte destes alunos para qualquer outra escola é notoriamente inviável, pelo que a intervenção na escola de Manhouce se considerou prioritária. A mesma, foi realizada na interrupção letiva do 3º período do ano letivo 2007/2008. As reparações na sua generalidade, a alteração das caixilharias, os novos wc's e o piso radiante imprimiram maior conforto à escola existente, possibilitando efetiva melhoria nas condições físicas da EB1 de Manhouce. O financiamento da obra, a cargo da autarquia ficou muito aquém dos custos inicialmente estimados⁶.

Outras propostas perspetivadas com realização efetiva, ainda que com adaptações ao inicialmente previsto foram:

⁴ Homologação da carta educativa em dezembro de 2006.

⁵ Candidaturas ao QREN – Quadro de referência estratégico nacional – ponto 3 – Consolidação e Qualificação dos espaços sub-regionais.

⁶ Excluindo trabalhos da Edp, a instalação do piso radiante e fornecimento e assentamento das caixilharias, todas os outros foram executados pelos serviços da Câmara Municipal. Os custos com o material rondaram os 16000 euros.

- **Construção de um JI em Carvalhais⁷**
- **Manter uma das Escolas: EB1 de Sá ou EB1 de Carvalhais como Pólo Pedagógico do Centro Escolar de Santa Cruz da Trapa.**

Uma avaliação mais rigorosa destas duas propostas permitiu encontrar uma solução única, conduzindo ao ajustamento das mesmas. A solução encontrada – construção de um Pólo Pedagógico com duas valências - possibilitou racionalizar recursos, melhorar a oferta educativa e assim garantir melhores condições pedagógicas. Mais, diminuiu o isolamento, favorecendo processos de socialização e interações entre os diferentes agentes educativos. O Pólo Pedagógico foi construído⁸ em Carvalhais com a ampliação da antiga EB1, com alteração para EB1/JI, incluindo no mesmo projeto a junção do JI de Carvalhais (inicialmente pensado de forma isolada) e do Jardim de Sá (não contemplado nas propostas).

Com espaços específicos de utilização para o jardim de infância e para o 1º CEB, a racionalização dos recursos é evidente nos espaços comuns (de utilização de todos os agentes educativos), o que possibilitou uma efetiva diminuição na inicial programação financeira das propostas, alargando o número de beneficiários da mesma.

O Pólo Pedagógico, situando-se na sede de freguesia, respeitou a hierarquização dos aglomerados e o espaço escolar com maior taxa de ocupação. A reconversão e ampliação deste estabelecimento, permitiu, efetivamente, racionalizar meios e recursos e melhorar de forma evidente as condições físicas e pedagógicas do processo ensino-aprendizagem. A solução encontrada, construção do Pólo Pedagógico de Carvalhais com duas valências, recebeu os alunos não só do 1º CEB como também os dos jardins de infância de Sá e Carvalhais.

A última, mas não menos urgente, proposta delineada que conseguiu concretização:

- Construção de uma EB1/JI em São Pedro do Sul para servir os alunos das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea, Bordonhos e Baiões, encerrando todas as escolas do 1º CEB e respetivos jardins de infância.

⁷ O jardim de infância de Carvalhais considerada uma intervenção urgente na anterior Carta Educativa, atendendo à avaliação negativa do mesmo nos itens de segurança e higiene e saúde quer do meio ambiente, quer do edifício e recinto – pp 84-86 (doc. *Partilhar Responsabilidades* – Carta Educativa do Concelho de S. Pedro do Sul) e simultaneamente às elevadas taxas de ocupação – p.88 do mesmo documento – média entre 2000 e 2006 situa-se nos 102.8%.

⁸ De acordo com as “Normas para Conceção e Construção de Instalações Escolares para o 1º Ciclo do Ensino Básico” e demais legislação aplicável. Foi inaugurado no ano letivo 2010/2011, com o início das atividades letivas.

O Centro Escolar de São Pedro do Sul, com financiamento aprovado pelo QREN, encontra-se em funcionamento. A execução de obra, decorrente da candidatura ao QREN, cumpriu os prazos inicialmente previstos (18 meses) e a inauguração oficial aconteceu a 12 de Setembro de 2014: este Centro Escolar foi construído para servir os alunos das freguesias de São Pedro do Sul, Várzea, Bordonhos, Baiões. Os alunos de S. Félix foram “recebidos” também no Centro Escolar – encerramento desta escola do 1º CEB coincidiu com a abertura do Centro Escolar. Encerraram nestas freguesias todas, à exceção de São Félix⁹, todos os jardins de infância.

O “frágil” momento económico nacional e as alterações sócio-demográficas no Concelho (que adiante se apresentam – ponto 3) indicam clara necessidade de (re)avaliar as outras propostas de (re)ordenamento anteriormente desenhadas, nomeadamente estas que não se concretizaram:

- Construção de uma EB1 na zona NE do Concelho, que acolherá os alunos das freguesias de Pinho, Vila Maior, Figueiredo de Alva; Pindelo dos Milagres e São Félix encerrando todas as escolas do 1ºCEB destas freguesias.

Inicialmente perspectivava-se um Centro Escolar na zona NE do Concelho com resposta aos cinco aglomerados, acima referidos, no qual se destacava pela sua centralidade, população e dinamismo económico a freguesia de Vila Maior.

Uma análise cuidada dos dados dos Censos 2011¹⁰ (população geral e especificamente à população escolar); às taxas de ocupação das escolas desses mesmos aglomerados, ou seja, ao número de alunos nas escolas destas freguesias¹¹ (quase todas “escolas de acolhimento” de outras escolas do 1º CEB anteriormente encerradas) obriga, agora, a uma reflexão mais cuidada, atendendo não só a este critério mas a outros como são a especificidade destes lugares e as condições físicas destas escolas. A mesma proposta será objeto de reflexão no presente documento.

⁹ As condições físicas deste equipamento são excelentes. Juntamente com o edifício do JI de Vila Maior, estes foram jardins construídos de raiz anteriores aos Centros Escolares e aos Pólos Pedagógicos. As avaliações destes dois espaços, destacaram-se sempre, na realidade da rede escolar do Concelho.

¹⁰ O diferencial da população escolar (0-18 anos) comparativamente com os últimos dados dos Censos de 2001 assume-se muito negativo para estas seis freguesias: Pinho (-46.08%); Figueiredo de Alva (-43.24%); Vila Maior (-35.19%); Pindelo dos Milagres (-14.42%) e São Félix (-14.08%) – estes são dados preliminares dos Censos 2011, INE.

¹¹ Os alunos da EB1 de São Félix, foram integrados no Centro Escolar (as distâncias à sede de Concelho ou a Vila Maior – onde supostamente poderia construir-se o Centro Escolar da zona NE – são equivalentes em tempo/Km e condições de percurso – assim, e como não era expectável a concretização da proposta, os alunos da EB1 de São Félix foram integrados no Centro Escolar de São Pedro do Sul. De referir que: a EB1 de São Félix, a EB1 de Fermontelos, e a EB1 de Figueiredo de Alva apresentam desde o ano letivo 2011/2012 taxas de ocupação abaixo das necessárias para se manterem em funcionamento. Assim, naturalmente acontece o encerramento da escola de Fermontelos em 2015/2016. Mante-se a escola de Figueiredo de Alva, agora a única escola na freguesia.

- **Adaptar a EB1 de Sul a uma EB1/JI que receberá alunos das freguesias de Sul, São Martinho das Moitas e Covas do Rio.**

Adaptar a EB1 de Sul é proposta que não se concretizou. Aliás, a candidatura do Centro Escolar de S. Pedro do Sul ao Qren previa a possibilidade de integrar estes alunos no mesmo. Contudo, as distâncias e o aumento do número de alunos na freguesia de Sul não concretizaram esta possibilidade. Aliás, estas distâncias minimizaram os indicadores desfavoráveis¹². A localização geográfica desta freguesia, considerando a hierarquização dos aglomerados: único a norte com alguma dimensão e expressão territorial, continua a justificar a validade desta proposta.

- **Adaptar a EB1 de Santa Cruz da Trapa, aumentando o número de salas do 1º CEB com intenção de encerrar as outras escolas do mesmo grau de ensino nas freguesias de S. Cristóvão de Lafões, Serrazes, Candal e Valadares;**

Esta proposta não foi executada. Revelou-se totalmente desajustada à evolução do número de alunos das freguesias em questão. A verdade é que a EB1 de Santa Cruz da Trapa, recebeu os alunos destas freguesias, sem necessitar de ampliação alguma.

- **Construção do pavilhão gimnodesportivo da, então, Escola EB2,3 de São Pedro do Sul**

Esta proposta não foi concretizada, embora se justificasse a construção deste equipamento. No entanto, ocorreu a fusão do Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul com a Escola Secundária – único agrupamento (ano de 2013). Mais, ao abrigo do programa de modernização do Parque Escolar destinado ao Secundário, a Escola Secundária – única em São Pedro do Sul – aguardava uma intervenção profunda de recuperação e modernização do seu edifício. Obra que pretendia juntar o 2º, 3º ciclo e Secundário no mesmo espaço. Lamentavelmente esta intervenção não se concretizou. Perante este cenário, e dada a construção do Centro Escolar em terrenos contíguos à escola Eb2,3 (entretanto adquirida pelo Município) a solução “precária” encontrada foi a utilização do Pavilhão da escola Secundária, mantendo também a utilização do Pavilhão Municipal, como sempre se verificou no concelho.

¹² O diferencial da população escolar (0-18 anos) comparativamente com os últimos dados dos Censos de 2001 assume-se igualmente negativo para as freguesias desta proposta: Covas do Rio (-61.11%); São Martinho das Moitas (-56.76%); e Sul (-41.21%).

A par, e não obstante às propostas realizadas, a realizar e/ou em avaliação, têm vindo a ser executadas intervenções pontuais e/ou obras de requalificação e recuperação em escolas do 1º CEB e jardins de infância, sempre que necessariamente justificadas¹³.

O encerramento efetivo das escolas inicialmente previstas aconteceu por fases. Os critérios de reordenamento da rede escolar do Ministério da Educação¹⁴ precipitaram o encerramento das escolas do 1º CEB, mas, como nem sempre foi possível assegurar de imediato as condições necessárias nas escolas de acolhimento e/ou os transportes escolares, o encerramento efetivo de algumas das escolas foi posterior a uma situação de suspensão¹⁵ das mesmas.

Desde a homologação da anterior carta educativa – dezembro 2006 - até ao presente ano letivo verificaram-se alterações no parque escolar do concelho que damos conta na figura que se segue. Apresentam-se as escolas encerradas e o seu último ano de funcionamento, as escolas de acolhimento e consequente deslocação dos alunos. Este processo de reorganização da rede escolar pretendia que os alunos destes estabelecimentos de ensino, nas suas escolas de destino, encontrassem espaços educativos com melhor qualidade e condições para obterem sucesso escolar, o que efetivamente nem sempre se verificou.

¹³ Foram realizadas pequenas obras de apetrechamento e manutenção das escolas do 1º CEB, nomeadamente as escolas de acolhimento, exemplo: na escola de Oliveira/Sul, no ano letivo de 2013/2014 a cantina foi requalificada. Pequenas obras, tornaram este espaço mais amplo e confortável.

¹⁴ Critérios de reordenamento – inicialmente 10 alunos (nº 3 do art. 70 do DL 35/88 de 4 de fevereiro) e posteriormente 21 alunos: De acordo com a nova orientação da Resolução do Concelho e Ministros nº 44/2010 até ao final do ano letivo de 2010/2011 deveriam encerrar as escolas do 1º CEB com dimensão considerada prejudicial ao sucesso escolar – “...determina-se que as escolas do 1º CEB do ensino básico devem funcionar com, pelo menos, 21 alunos”.

¹⁵ Escolas suspensas – por escolas suspensas entendem-se escolas oficialmente encerradas, com autorização excecional (da tutela) de funcionamento.

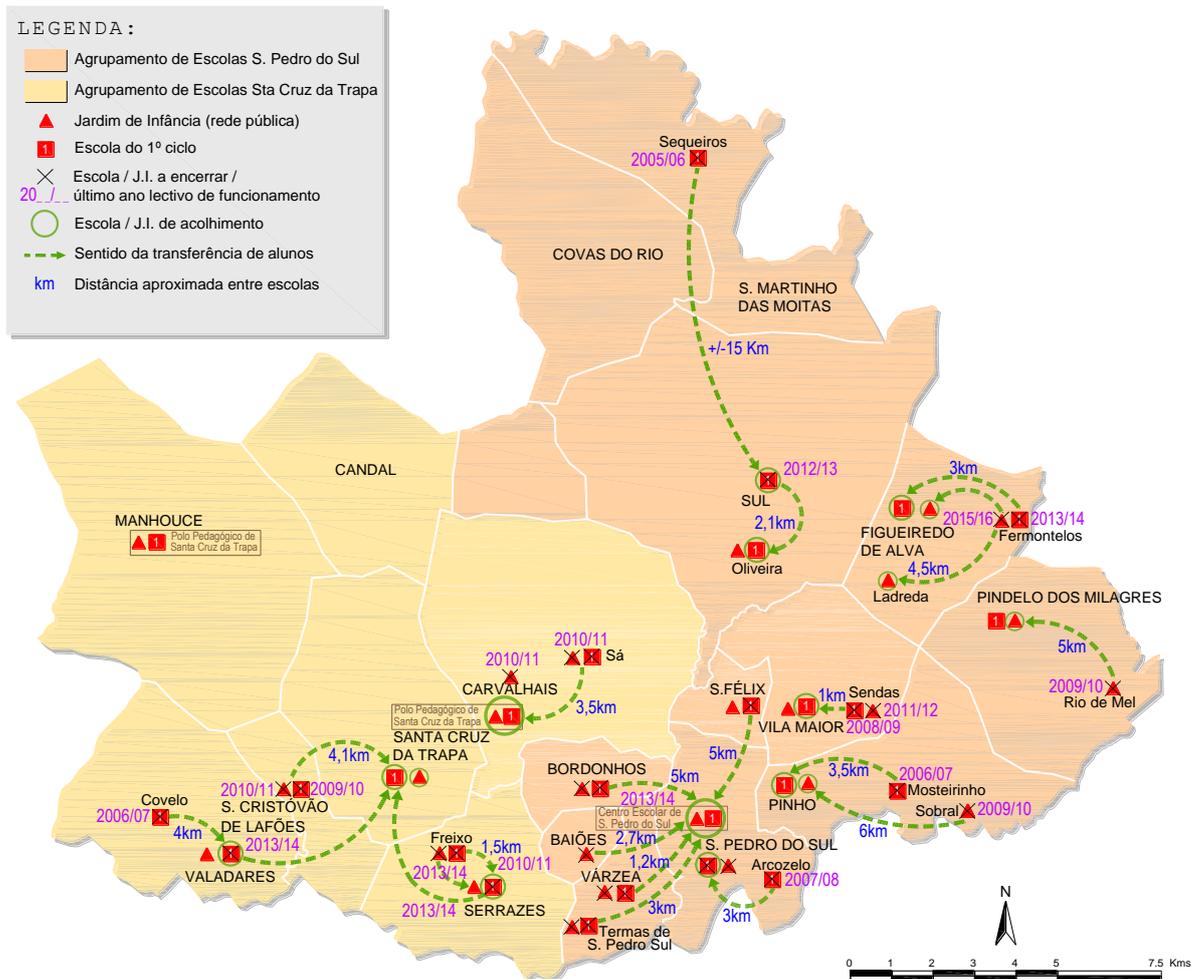


Figura 1: Encerramento das EB1 e dos jardins-de-infância do concelho de 2006 até ao presente ano lectivo 2015/2016.

As Escolas do 1º CEB reduziram de forma gradual de 36 (26 do Agrupamento de São Pedro do Sul e 10 do Agrupamento de Santa Cruz da Trapa) para 9 (6 do Agrupamento de São Pedro do Sul e 3 do Agrupamento de Santa Cruz da Trapa). O parque escolar do Concelho, ao nível do 1º CEB, é hoje 1/4 do que era no ano letivo de 2005/2006. O programa de requalificação da rede escolar e as insuficientes taxas de ocupação das escolas “ditaram” encerramentos progressivos e consequente redução do parque escolar do Concelho. Redução menos expressiva, mas igualmente verificada ao nível do Pré-Escolar: encerramento dos jardins-de-infância – Rio de Mel, Sobral, Freixo, Sá e Carvalhais – os três primeiros por falta de crianças, os dois últimos integrados no Pólo Pedagógico de Carvalhais. O jardim de Fermontelos encerra no presente ano letivo, mantendo-se na freguesia de Figueiredo de Alva, ainda um jardim na sede de freguesia e outro na Ladreda.

A abertura do Centro Escolar encerrou mais 5 jardins. Os jardins de S. Pedro; Várzea; Termas; Baiões; e Bordonhos ocupam 5 das 6 salas disponíveis no Centro Escolar para este nível de ensino.

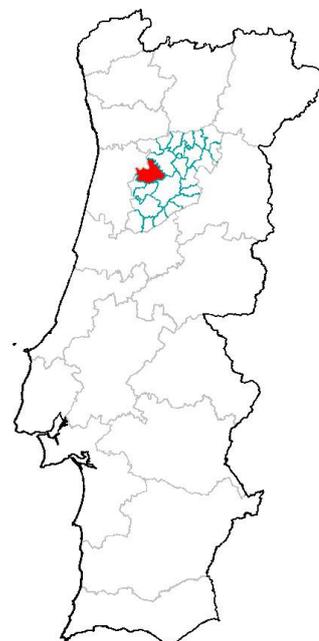
2. ANÁLISE GEOGRÁFICA

2.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O concelho de São Pedro do Sul pertence ao Distrito de Viseu e insere-se na Região Centro. Constitui parte integrante da Sub-Região de Lafões conjuntamente com os concelhos de Vouzela e Oliveira de Frades.

Faz fronteira com os concelhos de Castro Daire a nordeste, Arouca a noroeste, Vale de Cambra numa pequena extensão a poente, Oliveira de Frades a sudoeste, Vouzela a sul, e Viseu a sudeste.

O seu território é dominado pelo maciço da Serra da Arada, sendo limitado a norte pelo rio Paiva e a sul pelo Rio Vouga. O concelho, regista fortemente a influência dos elementos naturais associados ao seu carácter serrano (mais evidente na área norte do concelho), que condicionam as suas características físicas e humanas.



Com uma área de cerca de 348 km², é agora administrativamente dividido em 14 freguesias¹⁶, com a reforma administrativa. Contudo, e de acordo com os objetivos deste documento consideramos as anteriores 19 freguesias: Baiões, Bordonhos, Candal, Carvalhais, Covas do Rio, Figueiredo de Alva, Manhouce, Pindelo dos Milagres, Pinho, Santa Cruz da Trapa, S. Cristóvão de Lafões, S. Félix, S. Martinho das Moitas, São Pedro do Sul, Serrazes, Sul, Valadares, Várzea e Vila Maior.

A cidade de São Pedro do Sul¹⁷, sede de Concelho, localiza-se na parte sul do Concelho e situa-se a aproximadamente 25 km de Viseu, 120 km de Coimbra e Porto e a cerca de 300 km de Lisboa.

São Pedro do Sul detém uma posição privilegiada nesta região, dado a sua centralidade relativamente à capital de distrito, ao importante núcleo das Termas e aos restantes concelhos de Lafões.

¹⁶ Livro verde da reforma administrativa - União de Freguesias de São Pedro do Sul; Várzea e Baiões; Carvalhais e Candal; Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões; São Martinho das Moitas e Covas do Rio.

¹⁷ Elevação de São Pedro do Sul de vila a cidade acontece após a aprovação da 1ª Carta Educativa a 12 de junho de 2009.

2.2 ACESSIBILIDADES

Em termos rodoviários, a acessibilidade externa do município de S. Pedro do Sul é fundamentalmente assegurada pela existência e funcionamento de dois importantes eixos viários externos ao Concelho: IP3/A24 e A25 com os quais se estruturam os três principais eixos de entrada no concelho: E.N 16; E.N.227 e E.N 228.



Figura 2: Enquadramento Regional: a rede viária / Acessibilidade ao concelho

No que diz respeito a este capítulo, e de acordo com o Plano Rodoviário Nacional, desde 2006 verificaram-se as seguintes intervenções e/ou alterações:

- EN 228 - requalificada e reclassificada para ER 228 (Estrada Regional);
- EN 227 – requalificada e reclassificada para Estrada Municipal mas mantém a designação EN;
- EN 333-3 – reclassificada para ER333-3.

2.3 REDE VIÁRIA CONCELHIA

Ao nível das redes viárias no Concelho de São Pedro do Sul, consagrou-se a constituição de novos traçados e a alteração da estrutura viária do território, reconfigurando o tráfego e circulação, no interior dos aglomerados principais, designadamente na cidade de São Pedro do Sul; perspetivaram-se novas vias, de forma a possibilitar ligações mais diretas e facilitadas entre os principais aglomerados, efetuando a separação de tráfego local e de atravessamento, pela introdução de vias, circulares ao perímetro consolidado e variantes. Ao encontro com o preconizado pelo PDM (em revisão) relativamente à hierarquia dos aglomerados e dos elementos caracterizados pela carta educativa foram identificadas intervenções com carácter urgente:

- Ligação Santa Cruz - Candal, continuando posteriormente até Arouca (obra acordada como contrapartida pela instalação de parques eólicos) - esta intervenção foi executada quase até ao Candal, encontrando-se um pequeno troço (da Póvoa das Leiras ao limite do Concelho) por finalizar;
- Ligação Termas - Serrazes - S. Cruz da Trapa - encontra-se atualmente em estudo novo traçado. Procedeu-se durante o ano de 2015 ao alargamento da via em algumas zonas. Este projeto, ainda em execução, prevê-se concluído em Setembro de 2016.
- Requalificação da ligação S. Pedro do Sul - Pindelo dos Milagres (Nó de Arcas da A24) - reformulação do traçado existente ou novo traçado -esta ligação encontra-se praticamente toda executada.
- Ligação E.R.228 (Vila Maior - Pindelo dos Milagres, nó de arcas da A24) - em estudo
- Variantes à cidade de S. Pedro do Sul - em projeto, tendo já sido executados a maioria dos troços.

2.4 A HIERARQUIZAÇÃO DOS AGLOMERADOS

Esta hierarquização dos aglomerados atende à proposta do Plano Diretor Municipal (PDM) e utiliza níveis de aglomerados escolhidos para o efeito e que o integram. Segue-se a caracterização do concelho a este nível:

O Concelho de S. Pedro do Sul é um dos que, na Região Centro, apresenta valores mais baixos de densidade populacional, facto atribuído à sua grande área florestal e ao acidentado do seu relevo. No

entanto, a sua área de cota mais baixa é a que na sub-região apresenta maior densidade populacional, correspondendo à presença de uma rede de núcleos urbanos servidos por uma rede viária e equipamentos coletivos que servem de suporte à fixação da população (sobretudo o vale do rio Vouga, entre a cidade e as Termas).

Acresce a este facto a existência de uma grande disseminação populacional por todo o Concelho em pequenos núcleos urbanos (mais de 150), quase sem influência e expressão territorial. O decréscimo populacional é mais acentuado nos lugares com menos de 100 habitantes e mais afastados da cidade, verificando-se uma tendência para a concentração em núcleos urbanos de média dimensão (nomeadamente Oliveira/Sul, Figueiredo de Alva, Vila Maior, Santa Cruz da Trapa, Carvalhais, Serrazes e Pindelo dos Milagres) e nas proximidades dos grandes pólos empregadores (cidade, Termas e Parque Industrial do Alto Barro).

As características diferenciadas do território concelhio leva-nos a definir três áreas homogéneas com fragilidades e potencialidades e a que correspondem propostas de desenvolvimento específicas, pretendendo-se desta forma manter o equilíbrio e o desenvolvimento sustentável.

Uma **primeira área**, claramente urbana, com boas acessibilidades para todo o Concelho e que abrange a Cidade e Termas. Nesta área tem-se assistido a um desenvolvimento que vem reforçando a sua condição de lugar central (mesmo de importância supramunicipal). Importa, assim, nesta zona consolidar e ordenar o desenvolvimento de forma a reforçar o seu papel de capital sub-regional, nomeadamente com a melhoria das condições de acessibilidade, equipamentos supra regionais bem como com o desenvolvimento do pólo termal.

Uma **segunda área**, que engloba praticamente todos os aglomerados urbanos com mais de 300 habitantes, à cota intermédia entre o Vale do Vouga e o maciço da serra da Freita, com forte densidade populacional e aptidão agrícola e subdividida em dois setores:

- Setor 1, de população de tendência dispersante, com um acentuado desenvolvimento no eixo Santa Cruz da Trapa/Carvalhais/Bordonhos, provocado pela localização de algumas indústrias e pela existência de algumas infraestruturas relevantes. Este desenvolvimento deverá ser também incentivado nas freguesias de Serrazes e na extinta Baiões através da possível construção do eixo Termas -Serrazes - Santa Cruz da Trapa.
- Setor 2, na área de Figueiredo de Alva, Pindelo dos Milagres, Pinho, Vila Maior e parte da freguesia de Sul (sobretudo o eixo Oliveira/Sul), com características semelhantes, embora com povoamento mais concentrado, sendo de valorizar nesta área para além da recente

requalificação do eixo de ligação da Cidade a Pindelo dos Milagres, uma futura ligação rápida entre Pindelo dos Milagres, Figueiredo de Alva e Oliveira/Sul, e um novo pólo industrial, para estancar a diminuição de população e uma boa ligação ao nó de Arcas da A24. Para além do reforço das condições de acessibilidade, deverá realizar-se igualmente uma melhoria dos equipamentos existentes, nomeadamente as escolas locais, os equipamentos de apoio à população mais desfavorecida (idosos e famílias de fracos recursos), o acesso à saúde, entre outros, assim como deverá providenciar-se a implementação de medidas estruturantes para o setor primário (setor avícola e agroflorestal).

A **terceira área** corresponde ao povoamento das zonas de montanha e coincidindo com as *rede natura* do Concelho, caracterizadas por pequenos núcleos urbanos quase despovoados mas (e talvez por isso mesmo) mantendo ainda as características da estrutura urbana que em alguns casos é já ruína devido ao abandono. É urgente a intervenção nesta zona com medidas que levem à fixação da população, associada à componente da preservação ambiental, ecoturismo, energias renováveis, desportos radicais e turismo cinegético. A mesma possui acessos dificultados derivados do relevo muito acidentado e da distância à cidade e que urge melhorar (através da conclusão da E.R. Nº 326-ligação Santa Cruz da Trapa a Arouca – parcialmente já executada).

Assim, a hierarquização dos aglomerados e a definição da estrutura do povoamento foi pensada de acordo com os pressupostos anteriormente descritos e com a evolução da sua população¹⁸. Para a hierarquização dos aglomerados foram utilizados os seguintes critérios de acordo com a estrutura de povoamento:

1. Todos os núcleos **com menos de 10 habitações e/ou menos de 25 habitantes** não foram considerados como aglomerados urbanos (passando assim a ser incluídos no solo rural e classificados como aglomerados rurais) – estes núcleos, praticamente sem comércio, serviços e equipamentos, encontram-se sobretudo na **terceira área**.
2. Núcleos urbanos (ou aglomerados de núcleos), **com menos de 150 habitantes**, que possuem alguns serviços de proximidade (nomeadamente cafés, restaurantes e mercearias), serviços de apoio à população (nomeadamente apoio domiciliário) e alguns equipamentos (como p.e. polidesportivo e parque infantil) – estes núcleos, a incluir no solo urbano e classificados como espaços urbano-rurais, situam-se sobretudo na **segunda área**;
3. Núcleos urbanos (ou aglomerados de núcleos), **com mais de 300 habitantes**, sedes de freguesia, possuidores de diversos equipamentos desportivos, escolares, associativos e de

¹⁸ A evolução da população, do concelho por freguesias, pode ser consultada adiante no ponto 3 relativo à análise demográfica.

apoio à 3ª idade, a par de atividades comerciais e industriais mais diversificadas e muitas vezes de importância concelhia. Todos estes núcleos situam-se na segunda área, com exceção de Valadares e Manhouce estes na **terceira área**;

4. Núcleo **turístico/termal**, de importância nacional que, apesar da sua reduzida população atual (cerca de 300 habitantes), possui uma enorme atratividade, grande pressão urbanística e elevada expansão urbana recente, situado na **primeira área**. Este espaço deverá ter um regulamento específico que vise não perturbar os investimentos de interesse turístico, embora privilegiando a qualidade, baixos índices de implantação e criação de grandes espaços verdes, equipamentos e parques de estacionamento;
5. O **principal núcleo urbano** da região de Lafões, com uma população de aproximadamente 3.700 habitantes é S. Pedro do Sul, conjugado em núcleo urbano contínuo com os lugares de Várzea, S. Luzia, Drizes, Ponte, Ansiães, Massarocas, Negrelos e Pouves. Este conjunto, com a mais forte densidade populacional da região.

2.4.1 Hierarquização dos Aglomerados: Tendências Futuras

1) Prevê-se uma concentração/centralização da população no principal pólo urbano do Concelho – o eixo São Pedro do Sul/Várzea/Termas. Este território, com 10% da área concelhia, conta já com cerca de 32% da população do Concelho¹⁹. Parece evidente a continuidade da expansão urbana do aglomerado contínuo São Pedro do Sul/Várzea/Termas, através da consolidação dos espaços intersticiais.

2) Toda a zona serrana, com uma área de cerca de 40%, com acentuado envelhecimento populacional, apresentando valores iguais ou inferiores a 2 de índice de sustentabilidade potencial²⁰, com uma forte diminuição da população nos últimos 10 anos. Todos os aglomerados serranos, com exceção de Manhouce, possuem uma pequena dimensão e grandes dificuldades de acesso, o que torna inviável no futuro próximo qualquer investimento público com vista à fixação da população. Como tal, deverá apostar-se em boas vias de comunicação, tanto para acesso aos equipamentos mais próximos como para os turistas de visita à região. Nestes aglomerados da zona serrana não se prevê qualquer expansão urbana, dado o forte retrocesso populacional, privilegiando a reabilitação das aldeias mais típicas.

¹⁹ A população deste eixo totaliza 32% do total (n=16.851) situando-se nos 5.442.

²⁰ Índice de sustentabilidade potencial é a relação entre a população em idade ativa e a população idosa – Nº de indivíduos em idade ativa por idosos.

3) A área intermédia (entre o aglomerado urbano da cidade e a zona serrana), apresenta desde 2001 uma diminuição da população, que deverá ser estancada através da promoção dos seus principais núcleos e no investimento em equipamentos de proximidade e de apoio à população (escolas, associativismo e Centros Sociais e fixação de atividades produtivas (indústrias e avicultura). Nesta área prevê-se apenas uma ligeira expansão urbana e só nos maiores aglomerados ou mais próximos da cidade (nomeadamente S. Cruz da Trapa, Carvalhais, Bordonhos, Vila Maior, Oliveira/Sul, Figueiredo de Alva, e Serrazes).

2.5 POLÍTICAS URBANAS

O planeamento urbano do Concelho e a atual gestão municipal visam a concretização das seguintes iniciativas e/ou projetos para os próximos anos, dos quais assumem particular destaque:

- Requalificação e Revitalização do eixo S. Pedro do Sul -Termas (ex. E.N.16) - em projeto;
- Variante Sul da cidade – em projeto;
- Parque Industrial Nascente (nas proximidades do nó de Arcas da A24) em projeto;
- Requalificação das margens do Rio Vouga, com regularização do caudal do mesmo para aproveitamento lúdico;
- Construção do Parque da Cidade, equipamento com multifunções;
- Requalificação do antigo edifício do estabelecimento prisional - em projeto.

Importantes projetos do concelho, já adjudicados:

- Recuperação do Balneário Romano – maior investimento no âmbito cultural da Região Centro;
- Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa;
- Construção de uma nova ETAR e respetivos emissários;
- Requalificação de diversas vias rodoviárias essenciais.

Importantes projetos do Concelho, já executados:

- Grandes equipamentos municipais e supra municipais: Centro Escolar de S. Pedro do Sul e Centro de Saúde de S. Pedro do Sul;
- Reabilitação Urbana da zona histórica da cidade;
- Variante Norte e Nascente.

3I ANÁLISE DEMOGRÁFICA

3.1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A análise demográfica do Concelho permite conhecer a evolução da população residente nas últimas décadas, a sua estrutura etária e distribuição espacial. No seguimento dos objetivos deste trabalho, será a população do Concelho em idade escolar a assumir, aqui, caráter de destaque.

O Concelho de São Pedro do Sul apresentou em 2001 um valor populacional de 19.083 habitantes, registando um decréscimo no número de residentes comparativamente ao ano de 1991 de cerca de 4.51%. Os resultados dos Censos de 2011 revelam novo decréscimo populacional – este bastante significativo – 11.70%. O diferencial da população residente (em relação a 2001) situa a população segundo os últimos dados do INE, nos 16.851 residentes. Fatores como o decréscimo da natalidade e perdas por migração podem estar na base desta circunstância.

Uma análise da evolução da população atendendo às freguesias permitiu encontrar o mesmo cenário. O decréscimo populacional conta apenas com uma exceção: a antiga freguesia de Várzea que apresenta crescimento populacional (+ 16.41%).

Freguesias como Sul (-26.64%), Manhouce (-22.61%), Candal (-21.33%), Pinho (-20.96%), Figueiredo de Alva (-20.47%) ou Valadares (-20.06%) tiveram decréscimos superiores aos 20% desde 2001. Perdas de população ainda mais significativas nas freguesias de S. Martinho das Moitas (-29.10%) e de Covas do Rio (-32.96%).

Conhecendo, agora, os resultados dos Censos disponibilizados pelo INE, reconhecemos otimismo nas projeções traçadas em 2006. Os cenários prospetivados de crescimento quase não se verificaram e os de decréscimo projetados foram “suaves”, comparativamente aos revelados pelos dados dos Censos.

A tabela que se segue refere a variação populacional do concelho em termos de frequências e de variação, e as projeções otimistas traçadas, por nós, em 2006.

Tabela 1: Variação da população total do concelho por freguesias até 2011 (1920-2011)

Freguesias	1991	2001	Variação 91-01	2011	Variação 01-11	Projeção 2011
Baiões	364	300	-17,58%	286	-4,67%	351
Bordonhos	519	603	16,18%	547	-9,29%	518
Candal	209	150	-28,23%	118	-21,33%	206
Carvalhais	1.685	1.762	4,57%	1.436	-18,50%	1.624
Covas do Rio	216	179	-17,13%	120	-32,96%	155
Figueiredo de Alva	1.117	1.026	-8,15%	816	-20,47%	1.151
Manhouce	981	836	-14,78%	647	-22,61%	921
Pindelo dos Milagres	876	714	-18,49%	659	-7,70%	839
Pinho	977	983	0,61%	777	-20,96%	1.021
Sta Cruz da Trapa	1.520	1.389	-8,62%	1.313	-5,47%	1.484
S. Cristóvão	266	231	-13,16%	191	-17,32%	216
S. Félix	490	399	-18,57%	390	-2,26%	431
S. Martinho	479	354	-26,10%	251	-29,10%	281
S.P. Sul	3.790	4.011	5,83%	3.697	-7,83%	3.671
Serrazes	1.134	1.104	-2,65%	1.001	-9,33%	1.091
Sul	1.619	1.409	-12,97%	1.090	-22,64%	1.593
Valadares	1.101	1.007	-8,54%	805	-20,06%	1.090
Várzea	1.409	1.499	6,39%	1.745	16,41%	1.537
Vila Maior	1.233	1.127	-8,60%	962	-14,64%	1.168
Total	19.985	19.083	-4,51%	16.851	-11,70%	19.347

A figura abaixo pretende uma visualização da variação populacional nas freguesias do Concelho, à semelhança do quadro anterior. A imagem reflete bem a variação populacional negativa mais acentuada na zona serrana do Concelho, onde se encontram as freguesias mais isoladas e mais afastadas à sede. Assim, a variação populacional foi quase sempre negativa e com expressão significativa em todas as freguesias, com uma única exceção o caso de Várzea, o que por si só, é pouco motivador.

No decorrer da elaboração deste documento, como já referimos anteriormente, os dados definitivos dos Censos foram disponibilizados. Mais, aconteceu o processo de extinção e fusão de freguesias. Por questão de organização e eficácia do estudo comparativo, não reformulamos o documento e trabalhamos com as anteriores 19 freguesias. Importa aqui salientar que o valor total da população, nos dados definitivos disponibilizados pelo INE, apresenta-se inferior aos resultados preliminares (16.939), fixando-se nos 16.851.

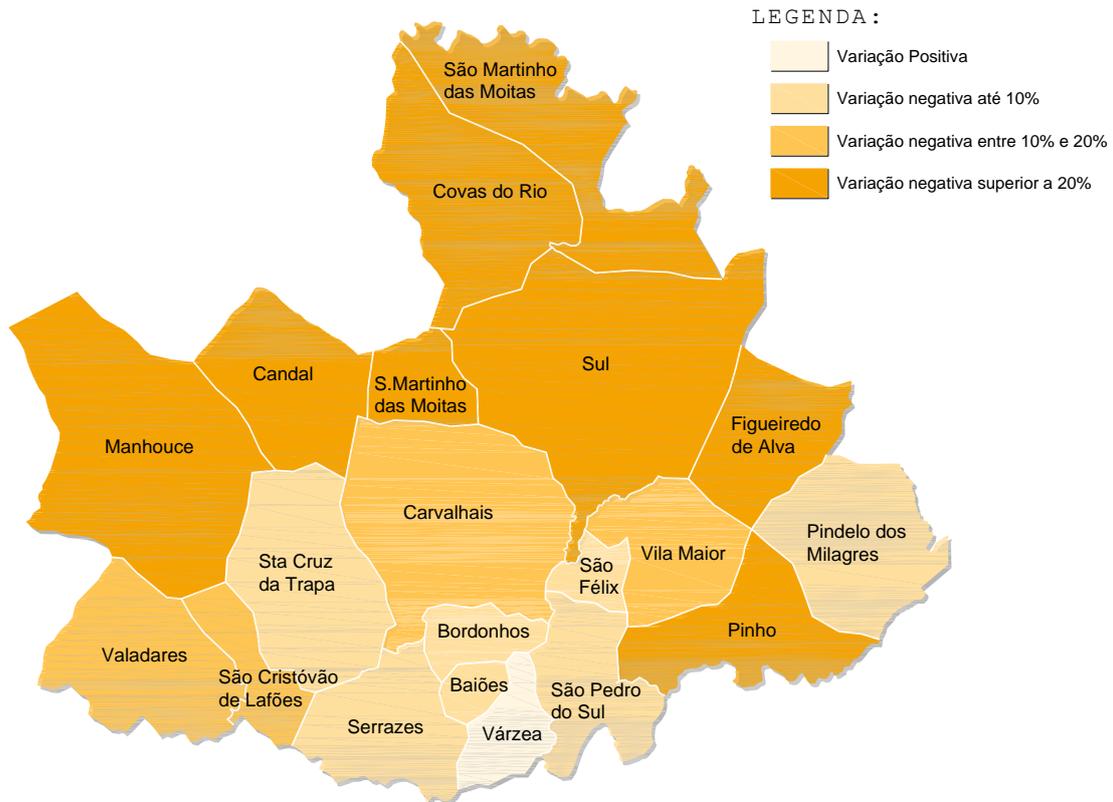


Figura 3: Variação percentual da população por freguesias (Dados Censos 2001-2011)

No que diz respeito à freguesia de S. Félix, os resultados definitivos ao contrário dos preliminares apontam para uma variação negativa da população, a rondar os 2.3%. A verdade é que o crescimento desta freguesia nos resultados preliminares se assumiu sempre como diferente do crescimento na freguesia de Várzea, pelo seu valor pouco expressivo e quase insignificante (1.75%).

Oscilações entre os dados preliminares e dados definitivos dos Censos 2011, aumentam a perda de mais 88 pessoas no Concelho a somar às 2144 comparativamente a 2001.

Dado que dispomos de dados atualizados do INE, decorrentes do XV recenseamento geral da população, não considerámos pertinente a realização de projeções populacionais neste momento. Consideramos que a margem de erro das mesmas fica aumentada pela realidade económica do país nestes últimos anos com impacto nos fluxos migratórios, e de acordo com as exigências do escasso mercado de trabalho nacional que fez crescer os movimentos pendulares, com implicações no dia-a-dia das famílias e consequentemente na escolha das escolas para os seus filhos frequentarem.

3.2 A ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

3.2.1 A População em Idade Escolar

Uma análise à população em idade escolar²¹, inferior a 18 anos, permitiu conhecer diferenciais populacionais ainda superiores – existiram efetivamente desde os Censos de 2001 perdas significativas nas diferentes classes etárias, mais evidentes ainda, até aos 18 anos. Os resultados preliminares²² do INE revelam um decréscimo acentuado na população em idade escolar na ordem dos 27.54%.

A tabela que se segue permite conhecer estes diferenciais por freguesia – note-se que apenas uma registou um diferencial positivo – a freguesia de Várzea (+17.20%).

Algumas apresentam mesmo diminuições acima dos 50%: Covas do Rio (-61.11%); São Martinho (-56.76%); São Cristóvão (-55.36%), ou muito próximas desse valor: Pinho (-46.08%); Candal (-45.45%); Valadares (-43.50%); Figueiredo de Alva (-43.24%); Manhouce (-41.86%) e Sul (-41.21%). Freguesias como Vila Maior (-35.19%); Carvalhais (-33.43%); Serrazes (-28.09%) ou mesmo S. Pedro do Sul (-26.40%) apresentam diminuições consideráveis que nos exigem também reflexão. As restantes apresentam valores negativos de variação entre os 18.35% em Santa Cruz da Trapa e os 12.5% em Baiões.

²¹Alargamento da Escolaridade obrigatória até ao 12º ano – Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 de 14 de junho. Esta resolução estabelece orientações para o reordenamento da rede escolar, com vista a garantir: a adaptação da rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos; adequar a dimensão e as condições das escolas à promoção do sucesso educativo e ao combate ao abandono escolar.

²² Trabalhamos esta variável com os dados preliminares dos Censos, uma vez que nos dados definitivos não se apresentam os mesmos intervalos etários, o que, para este documento é muito relevante.

Tabela 2: Diferencial da população (0-18 anos) do concelho por freguesias (2001-2011).

Freguesias	2001	2011	Variação 01-11
Baiões	56	49	-12.50%
Bordonhos	140	117	-16.43%
Candal	22	12	-45.45%
Carvalhais	350	233	-33.43%
Covas do Rio	18	7	-61.11%
Figueiredo de Alva	222	126	-43.24%
Manhouce	129	75	-41.86%
Pindelo dos Milagres	104	89	-14.42%
Pinho	217	117	-46.08%
Sta Cruz da Trapa	278	227	-18.35%
S. Cristóvão e Lafões	56	25	-55.36%
S. Félix	71	61	-14.08%
S. Martinho das Moitas	37	16	-56.76%
S. Pedro do Sul	837	616	-26.40%
Serrazes	210	151	-28.09%
Sul	182	107	-41.21%
Valadares	177	100	-43.50%
Várzea	314	368	+17.20%
Vila Maior	233	151	-35.19%
Total	3.653	2.647	-27.54%

Dados preliminares Censos 2011, INE

O gráfico que se segue, pretende comparar os menores de 18 anos, por freguesias, em 2001 e em 2011. A diminuição é evidente em todas as freguesias, como aliás se referiu anteriormente especificando estes diferenciais.

A verdade é que o nosso Concelho reflete a realidade do país, tornando-a ainda mais evidente dado que estamos no interior do país. A diminuição das taxas de natalidade estarão certamente na origem deste problema, que não se esgota por si só aqui. O êxodo rural e a litoralização não estarão, certamente, alienados desta realidade.

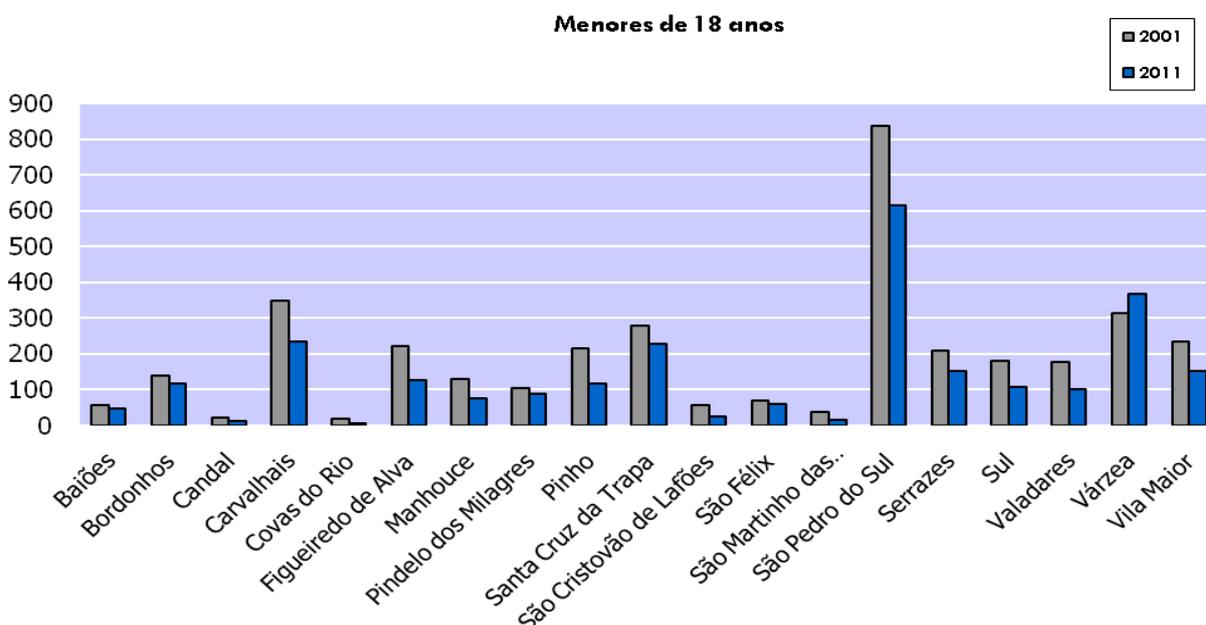


Gráfico 1: Número de população por freguesias em 2001 e 2011 para o intervalo etário ≤ 18 anos.

A análise possível, de acordo com os dados disponibilizados, por grupos etários, permite perceber o elevado peso do intervalo etário +65 no Concelho (26.4%). Há freguesias que situam neste intervalo mais de 50% da sua população: São Martinho das Moitas (52.2%); Candal e Covas do Rio (51.7%). Na freguesia de Sul o peso percentual deste grupo etário ronda os 41%.

O grupo etário mais jovem assume valores máximos a rondar os 17-18% em duas freguesias (Bordonhos e Várzea, respetivamente), não ultrapassando os 12.7% na totalidade do Concelho. Abaixo ou a rondar dos 10% encontramos freguesias como Santa Cruz (10.4%); Manhouce (9.3%); Valadares (8.9%); Carvalhais (8.8%); Candal (8.5%); Sul (7.2%); São Martinho das Moitas (6%); e Covas do Rio (4.2%). Estes números remetem para a dificuldade generalizada no país em renovar gerações.

3.2.2 A População mais idosa

Aliado à perda populacional significativa no Concelho (-11.70%), o grupo etário ≥ 65 anos ganhou ainda mais expressão. Este grupo etário representa, segundo os últimos dados dos Censos, cerca de 27% da população do Concelho, mais 4% do que em 2001.

Freguesias como São Martinho das Moitas, Covas do Rio e Candal, situam mais de metade da sua população neste intervalo etário. Comparativamente ao ano de 2001, o aumento regista, de forma aproximada, mais 2%, 10% e 12 % respetivamente. À exceção das freguesias de Bordonhos (19.38%

- valor superior ao de 2001) e de Várzea (decréscimo na ordem dos 5% em relação a 2001), todas as freguesias do Concelho apresentam resultados superiores a 20% no mesmo grupo etário.

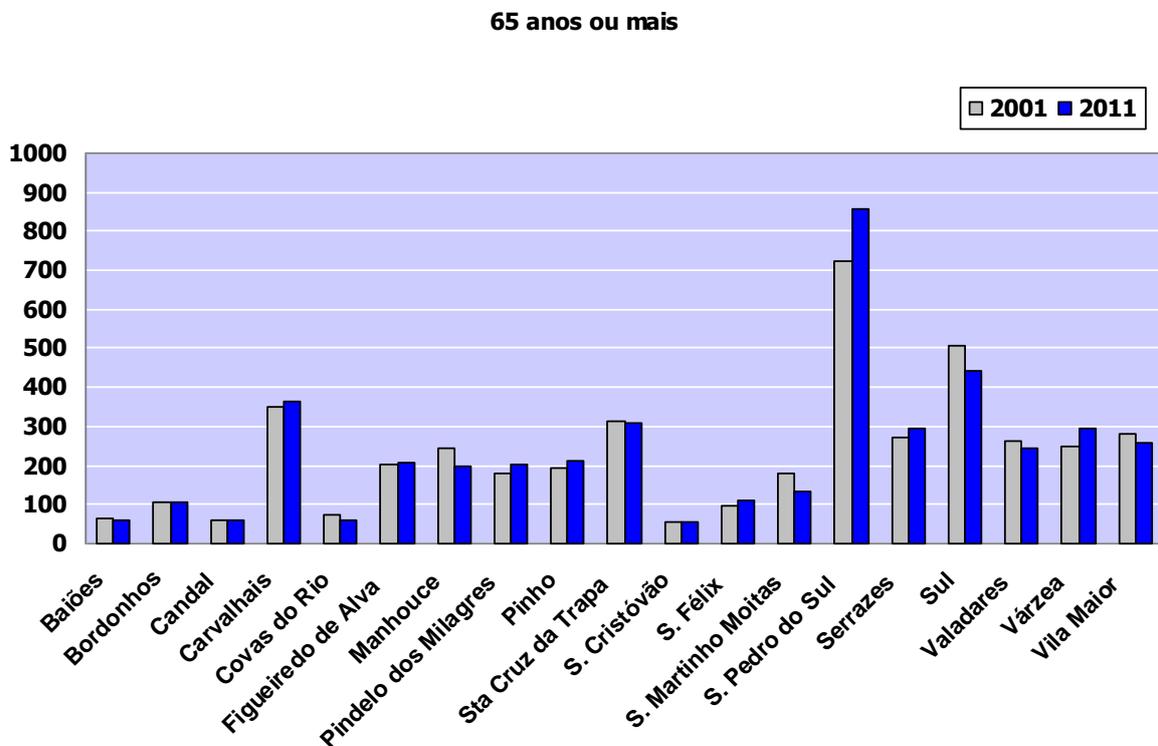


Gráfico 2: Número de população por freguesias em 2001 e 2011 para o intervalo etário ≥ 65 anos.

3.2.3 Estrutura etária: Conclusão

O envelhecimento demográfico parece ser uma tendência nas populações da atualidade. Contudo, a confirmação deste envelhecimento só pode ser feita tendo como referência outros momentos de tempo. Analisar a mesma população, em dois momentos de tempo – dados de 2001 e 2011 dos Censos – permite-nos constatar, atendendo à estrutura etária, que no Concelho:

- A população está a envelhecer na base, porque as % de jovens estão a diminuir (ver item anterior referente à população escolar);
- A população está a envelhecer no topo, porque a % de idosos está a aumentar (resultados apresentados no ponto dedicado à população idosa).

De acordo com as premissas anteriores, e em jeito de conclusão, podemos afirmar que:

- A população está a envelhecer duplamente – a % de jovens está a diminuir e a % de idosos está a aumentar.

A tabela que se segue pretende a apresentação da composição etária (por grupos etários) por freguesias da população residente no Concelho.

Tabela 3: Perfil etário da população do Concelho, por freguesias (2011)

Freguesias	Grupos Etários							
	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		≥ 65 anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Baiões	15.67%	15.73%	13.33%	12.94%	49.33%	50.70%	21.67%	20.63%
Bordonhos	19.40%	17.73%	13.93%	10.60%	49.25%	52.29%	17.41%	19.38%
Candal	10.67%	8.47%	7.33%	4.24%	42.67%	35.59%	39.33%	51.69%
Carvalhais	15.44%	13.79%	15.44%	10.93%	49.26%	49.93%	19.86%	25.35%
Covas do Rio	9.50%	4.17%	6.70%	5.00%	41.90%	39.17%	41.90%	51.67%
Figueiredo de Alva	17.15%	12.01%	16.47%	12.13%	46.69%	50.61%	19.69%	25.25%
Manhouce	11.36%	9.27%	14.71%	8.96%	44.98%	51.47%	28.95%	30.29%
Pindelo dos Milagres	11.06%	11.08%	14.29%	7.44%	49.44%	50.99%	25.21%	30.50%
Pinho	16.89%	12.36%	15.97%	10.55%	47.61%	50.06%	19.53%	27.03%
Sta Cruz da Trapa	14.97%	14.85%	15.55%	10.43%	46.87%	51.03%	22.61%	23.69%
S. Cristóvão	19.48%	10.99%	13.42%	12.57%	44.16%	46.60%	22.94%	29.84%
S. Félix	14.04%	11.03%	15.29%	11.28%	46.37%	48.97%	24.31%	28.72%
S. Martinho Moitas	7.91%	5.98%	6.78%	6.77%	34.75%	34.66%	50.56%	52.59%
S. Pedro do Sul	16.78%	13.66%	13.69%	11.36%	51.48%	51.77%	18.05%	23.21%
Serrazes	15.49%	12.29%	13.04%	9.69%	46.92%	48.55%	24.55%	29.47%
Sul	9.37%	7.16%	10.29%	7.80%	44.22%	44.31%	36.12%	40.73%
Valadares	13.51%	8.94%	13.60%	11.93%	46.77%	48.94%	26.12%	30.19%
Várzea	17.34%	17.13%	14.88%	11.35%	51.23%	54.67%	16.54%	16.85%
Vila Maior	16.59%	11.64%	12.51%	12.68%	45.96%	48.96%	24.93%	26.72%
Total	15.10%	12.73%	13.84%	10.63%	47.96%	50.22%	23.10%	26.39%

A análise final da estrutura demográfica do Concelho, apresenta-se no quadro que segue, em comparação com os anos de 1991 e 2001. Os índices aqui apresentados permitem verificar um claro envelhecimento demográfico: os últimos dados dos Censos registam no Concelho 208 idosos para cada 100 jovens, longe da já negativa equivalência numérica dos índices de juventude e envelhecimento registados em 1991 (havia tantos jovens como idosos no Concelho).

Os “potencialmente ativos” diminuíram consideravelmente, apresentando um diferencial de -14.6% em relação a 1991.

O envelhecimento demográfico é, sem dúvida, um facto sem precedentes, universal e de longa duração, com grande e forte impacto social, o que gera desafios complexos, exigindo a reflexão de todos.

Concluimos com a apresentação dos grupos funcionais²³ e um conjunto de índices resumo.

Tabela 4: Índices demográficos. Anos de Censos 1991;2001 e 2011

	1991	2001	2011
T. Jovens (0-14)	3.998	2.872	2.145
T. Potencial Activos (15-64)	11.990	11.814	10.608
T. Idosos (65+)	3.997	4.397	4.448
Total População	19.985	19.083	16.851
Jovens %	20	15	13
Potencial Activos %	60	62	60
Idosos %	20	23	27
Índice Juventude (J/I)	100	65	
Índice Envelhecimento (I/J)	100	151	208
Índice de Longevidade (75+/65+)	39	47	
Índice. Dependência Jovens (J/PA)	33	24	21
Índice. Dependência. Idosos (I/PA)	33	37	43
Índice. Dependência Total	67	62	64
Índice. Juventude. População. Activa (15-39/40-64)	110	108	
Índice. Renovação. População. Activa (20-29/55-64)	100	113	75

Fonte: INE

²³ Interessa definir os seguintes conceitos:

Índice de Dependência de Idosos – relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de Dependência de Jovens – relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de Dependência Total – relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 anos ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de Juventude – relação entre a população jovem e a população idosa.

Índice de Longevidade – relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 anos ou mais e o número de pessoas com 65 anos ou mais.

3.3 POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS

Apresentados os comportamentos demográficos da população do Concelho e consequência dos mesmos, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul considerou relevante e essencial a aprovação de medidas de apoio à natalidade. A atribuição de um subsídio de natalidade, foi a estratégia escolhida pela autarquia para incentivar o crescimento da sua população. Pretende-se, com a atribuição deste, ajudar também o comércio local, dado que este subsídio se traduz no reembolso até 50 €/mês da verba apresentada com talões de compras efetuados no comércio local, de bens, produtos e serviços considerados essenciais ao desenvolvimento do bebé no seu primeiro ano de vida.

O valor máximo do subsídio são 600€ e o mesmo é atribuído desde Janeiro de 2014.

O executivo da Câmara Municipal assume assim, preocupações evidentes com a perda e o envelhecimento populacional do Concelho. Outras medidas de fixação da população como a diminuição do IMI foram também pensadas como política demográfica.

4 - CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

A caracterização e evolução do Sistema Educativo assumem-se essenciais na concretização dos fundamentos da carta educativa. Planear a Educação nos Concelhos, é (hoje) muito mais que fazer um simples levantamento dos edifícios escolares existentes ou a existir²⁴.

Planear a educação ao nível local prevê o levantamento das necessidades, a avaliação dos recursos existentes e o estudo de possibilidades ajustadas ao desenvolvimento do Concelho. Assim, torna-se pertinente e necessário traçar um quadro retrospectivo e prospetivo do Concelho, referente à procura da educação e do ensino, ao desempenho escolar dos alunos, tal como avaliar as condições de funcionamento do parque escolar existente²⁵, perspetivando soluções a médio/longo prazo.

4.1 – A PROCURA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

Pretende-se efetuar uma análise dos níveis de escolarização da população e da evolução da frequência escolar, referenciando a distribuição geográfica dos edifícios e equipamentos educativos do Concelho, dando conta das alterações ao parque escolar.

No que diz respeito aos níveis de escolarização da população do Concelho, os dados fornecidos pelos Censos de 2011, permitiram encontrar resultados idênticos em relação a 2001, no que diz respeito à variável nível de escolaridade na população residente. É ao nível do 1º CEB que se situa a maioria da população residente do Concelho em 2011 (32.5%). Destaque negativo para o aumento da possibilidade "*nenhum nível de ensino*" e positivo para o ligeiro aumento, desde 2001, para o ensino médio e o ensino superior, mais significativo para o género feminino.

As tabelas que se seguem exprimem percentualmente as diferenças registadas entre Censos – 2001 e 2011 na população residente para a variável nível de ensino formação²⁶.

²⁴ A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio - económico de cada município (art. 10.º do Decreto-Lei 7/2003).

²⁵ É importante avaliar os níveis de eficiência e eficácia dos recursos educativos existentes, pela análise dos fluxos escolares existentes, estado de conservação dos edifícios, condições de acesso, entre outros.

²⁶ Por nível de ensino formação entende-se o nível de escolaridade mais elevado e completo.

Tabela 5: Distribuição numérica e percentual da população total e por géneros do concelho segundo o nível de ensino/formação detido – 2001

Nível de Ensino	2001					
	Total		Género			
	N=19083	%	Masculino		Feminino	
			N=9154	%	N=9929	%
Nenhum nível de Ensino	3603	18.9	1300	6.8	2303	12.1
1º Ciclo do Ensino Básico	7962	41.7	3986	20.9	3976	20.8
2º Ciclo do Ensino Básico	2715	14.2	1448	7.6	1267	6.6
3º Ciclo do Ensino Básico	1666	8.7	904	4.7	762	4.0
Ensino Secundário	1940	10.2	1000	5.2	940	4.9
Ensino Médio	68	0.4	29	0.2	39	0.2
Ensino Superior	1129	5.9	487	2.6	642	3.4

A análise desta variável permitiu, em 2001, concluir:

- O 1º CEB é o ciclo mais representado no Concelho, em idênticas distribuições por freguesias e género
- Poucas pessoas detêm qualificação ao nível do ensino secundário, e ainda menos ao nível do ensino superior;
- O ensino médio tem francamente pouca expressão no Concelho;
- A taxa de analfabetismo situava-se nos 15% - não é o mesmo que "nenhum nível de ensino".

Segue-se tabela com últimos dados os censos – 2011 para igual variável.

Tabela 6: Distribuição numérica e percentual da população total e por géneros do concelho segundo o nível de ensino/formação detido – 2011

Nível de Ensino	2011					
	Total		Género			
	N=16851	%	Masculino		Feminino	
			N=7894	%	N=8957	%
Nenhum nível de Ensino	3745	22.2	1423	8.4	2322	13.8
1º Ciclo do Ensino Básico	5475	32.5	2702	16.0	2773	16.5
2º Ciclo do Ensino Básico	2403	14.3	1309	7.8	1094	6.5
3º Ciclo do Ensino Básico	2212	13.1	1132	6.7	1080	6.4
Ensino Secundário	1747	10.4	832	4.9	915	5.5
Ensino Médio	142	0.8	80	0.4	62	0.4
Ensino Superior	1127	6.7	416	2.5	711	4.2

No que diz respeito ao ensino/formação da população do Concelho segundo dados dos Censos 2011, em termos gerais podemos afirmar que:

- O 1º CEB continua a ser o ciclo mais representado no Concelho na totalidade, e para cada um dos géneros individualmente;
- Poucas pessoas detêm qualificações ao nível do ensino secundário e ainda menos ao nível do ensino superior, sendo que nos dois níveis se registou um acréscimo em relação a 2001;
- O ensino médio aumentou a sua representação no Concelho, mas, ainda assim, continua a revelar-se pouco expressivo;
- A categoria "Nenhum nível de ensino" apresenta aumento percentual em relação a 2001, pelo que o registo deste dado é negativo.

Tabela 7: Distribuição percentual da população total por freguesia segundo nível de escolaridade , INE Censos 2011

Freguesias	Nível de Escolaridade						
	Nenhum	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Baiões	16.78%	35.66%	18.18%	13.64%	7.69%	1.40%	6.64%
Bordonhos	19.20%	29.43%	14.81%	16.45%	12.61%	0.73%	6.76%
Candal	42.37%	39.83%	10.17%	3.39%	0.85%	0.00%	3.39%
Carvalhais	23.54%	32.59%	15.25%	13.16%	9.68%	1.11%	4.67%
Covas do Rio	29.17%	55.00%	7.50%	2.50%	4.17%	0.00%	1.67%
Figueiredo de Alva	24.39%	28.68%	20.34%	13.60%	9.19%	0.37%	3.43%
Manhouce	28.13%	37.09%	10.66%	12.98%	6.34%	0.77%	4.02%
Pindelo dos Milagres	22.46%	49.47%	11.84%	7.28%	4.86%	0.61%	3.49%
Pinho	19.69%	40.54%	14.03%	11.71%	8.24%	0.64%	5.15%
Sta Cruz da Trapa	24.60%	29.32%	15.77%	11.81%	12.87%	0.61%	5.03%
S. Cristóvão	17.80%	42.41%	14.14%	7.85%	11.52%	0.52%	5.76%
S. Félix	25.90%	32.82%	12.56%	14.62%	8.97%	1.03%	4.10%
S. Martinho	29.08%	47.41%	11.16%	3.98%	5.18%	0.40%	2.79%
S.P. Sul	19.29%	26.64%	13.82%	15.88%	12.66%	1.00%	10.71%
Serrazes	19.28%	36.36%	15.48%	11.19%	11.99%	0.60%	5.09%
Sul	25.41%	41.28%	13.21%	10.00%	6.61%	0.64%	2.84%
Valadares	27.70%	29.19%	15.78%	12.55%	8.20%	0.62%	5.96%
Várzea	18.28%	24.87%	12.44%	15.93%	14.44%	1.43%	12.61%
Vila Maior	24.01%	34.82%	14.86%	13.41%	8.52%	0.73%	3.64%
Concelho	22.22%	32.49%	14.26%	13.13%	10.37%	0.84%	6.69%

A mesma variável analisada por freguesias (tabela 7) permite perceber o peso do 1º CEB do ensino básico, rondando os 55% na freguesia de Covas do Rio, os cerca de 50% de Pindelo dos Milagres ou os 47% em São Martinho das Moitas. A verdade é que o 1º CEB nunca encontra representação inferior aos 25% (caso de Várzea). No que diz respeito aos restantes ciclos do ensino básico, o 2º ciclo apenas ultrapassa os 20% em Figueiredo de Alva, o que aliás já se havia verificado em 2001, e o 3º ciclo ronda os 16% nas freguesias de Bordonhos, Várzea e São Pedro do Sul.

A freguesia de Várzea é a mais representativa do ensino secundário (cerca de 14%), do ensino médio (1.4%) e até do ensino superior (cerca de 13%), este último também com alguma expressão na freguesia de São Pedro do Sul (11%).

Interessa agora conhecer a distribuição dos alunos por nível de ensino nos últimos anos letivos. Em traços gerais, podemos afirmar que desde 1998/1999, o decréscimo de alunos por níveis de ensino é tendência com poucas exceções, decorrente da diminuição da população escolar.

A Escola Profissional de Carvalhais apresenta, contudo, poucas oscilações no seu número de alunos, pelo que, podemos concluir que esta alternativa se apresenta como uma mais valia no nosso Concelho. É a única do concelho com esta nesta modalidade de ensino, sendo sem dúvida, uma escola de referência na região, como podemos constatar pelo número de alunos que a frequentam.

No que diz respeito ao ensino secundário público, existe apenas uma Escola Secundária no Concelho – localizada na sede, a cidade de São Pedro do Sul. Todos os alunos do Concelho frequentam, agora com o alargamento da escolaridade obrigatória, esta escola, à exceção dos alunos da Escola Profissional de Carvalhais.

Não existem no Concelho de São Pedro do Sul instituições nem estabelecimentos de ensino superior. É ao nível do pré-escolar e do 1º CEB, como seria aliás previsível, que se acentuam mais estas perdas. O 1º CEB apresenta no atual ano letivo (2015/2016; n=435) menos de metade dos alunos que apresentavam em 1998/1999 (n=890).

A observação da tabela que se segue permite, facilmente, compreender a maior expressão do ensino básico nos anos em análise, pelo seu caráter obrigatório. Representação que nos próximos anos, de forma gradual, se vai estender ao secundário pelo alargamento da mesma escolaridade obrigatória a este nível de ensino (e conseqüente aumento da idade dos alunos de 15 para 18 anos). Conseguimos, com igual facilidade, depois da análise dos dados demográficos – apresentada no ponto/capítulo 3 – constatar a diminuição da população escolar como conseqüência das baixas taxas de natalidade, do envelhecimento populacional e dos fluxos migratórios.

Tabela 8: Evolução da distribuição dos alunos por nível de ensino (público: JI, 1º,2º, 3º ciclo e Secundário) no Concelho desde 1998/1999 até ano 2015/2016

Número de Alunos por Grau de Ensino						
Anos Letivos	Pré-Escolar	1º CEB	2º CEB	3ºCEB	Secundário	Escola Profissional
1998/1999	Ñ disp.	890	519	745	503	165
1999/2000	403	881	462	786	415	181
2000/2001	401	866	482	755	403	205
2001/2002	373	836	473	724	368	200
2002/2003	408	813	468	673	401	199
2003/2004	431	775	461	677	399	204
2004/2005	411	755	430	654	404	221
2005/2006	375	751	428	699	363	218
2006/2007	392	690	403	642	339	222
2007/2008	411	695	379	599	342	222
2008/2009	390	707	360	566	352	236
2009/2010	347	639	364	573	366	231
2010/2011	288	640	363	514	401	240
2011/2012	273	633	307	545	377	226
2012/2013	279	589	313	530	377	238
2013/2014	295	527	325	498	375	275
2014/2015	274	466	333	436	381	252
2015/2016	251	435	330	437	378	220

Fonte: Agrupamentos de escolas do Concelho e Câmara Municipal de S. Pedro do Sul

Os níveis de ensino – JI e 1º CEB vão ainda ser objeto de análise mais pormenorizada, de acordo com a evolução de frequência, bem como atendendo a outras variáveis consideradas relevantes para o propósito do presente documento.

4.1.1 Educação Pré-escolar

A educação pré-escolar apresenta-se hoje no Concelho, como aliás sempre aconteceu, maioritariamente pública. De frequência facultativa, gratuita e complementar com a ação educativa da família, pretende também proporcionar a todos igualdade de oportunidades, condição essencial da Educação Básica.

Desde 2005/2006, houve no ensino pré-escolar algumas alterações, quer ao nível do ensino público – encerramento de alguns jardins e consequente deslocação destas crianças - quer ao nível privado²⁷.

Tabela 9: Evolução da distribuição das crianças ao nível pré-escolar no Concelho desde 2005 a 2016

	Público	Privado	Total
2005/2006	375	121	496
2006/2007	392	101	493
2007/2008	411	103	514
2008/2009	390	95	485
2009/2010	347	105	452
2010/2011	288	92	380
2011/2012	273	82	355
2012/2013	279	107	381
2013/2014	295	80	375
2014/2015	274	87	361
2015/2016	251	101	352

No que diz respeito ao ensino pré-escolar privado, apenas contabilizamos as crianças com idade de frequentar a educação pré-escolar (a partir dos 3 anos). Os dados apresentados não contabilizam as creches – 2 no nosso Concelho: São Pedro do Sul e Carvalhais.

As variações entre o público e o privado são semelhantes. Com uma diminuição mais tímida a este nível no privado nos anos em análise e oscilações com poucos aumentos, pouco significativo entre os mesmos anos em análise. Cenário geral, condizente com o já apresentado anteriormente – diminuição das taxas de natalidade com implicações diretas na diminuição de crianças a frequentar o pré-escolar.

4.1.1.1 Educação Pré-escolar: AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família

A evolução do quadro familiar e social²⁸ influenciou as orientações políticas ao nível da Educação pré-escolar, pelo que o fornecimento de refeições e o alargamento de horários de

²⁷ A Misericórdia continua a ser a maior resposta de educação privada no Concelho. Desde então verificou-se o encerramento do jardim de infância "Solar os Pequeninós" – último ano em funcionamento 2005/2006; e surgiu nova resposta a este nível – pela IPSS criada pelos trabalhadores do Município (MUT) com capacidade para 15 crianças - ano letivo 2009/2010, sempre com taxas de ocupação na sua capacidade máxima. Estas duas respostas privadas oferecem outros serviços como ATL até aos 12 anos de idade e no caso da Misericórdia acresce a creche. Relembro que estas respostas se localizam na cidade de São Pedro do Sul, sendo que no restante território do concelho não existem iguais alternativas. A exceção é a freguesia de Carvalhais, onde existe apenas 1 creche - resposta privada.

funcionamento, se consideram respostas sociais às necessidades das famílias de hoje. Podemos mesmo afirmar que o ritmo de vida das famílias implicou ajustamentos nas instituições escolares. Os “serviços” disponibilizados ao Pré-escolar, na maioria dos jardins de infância do Concelho, revelam um crescente (quase contínuo) de “utilizadores” destas respostas.

O gráfico que se segue pretende dar a conhecer o número de crianças que aderiram aos mesmos. desde o ano letivo de 2005/2006.

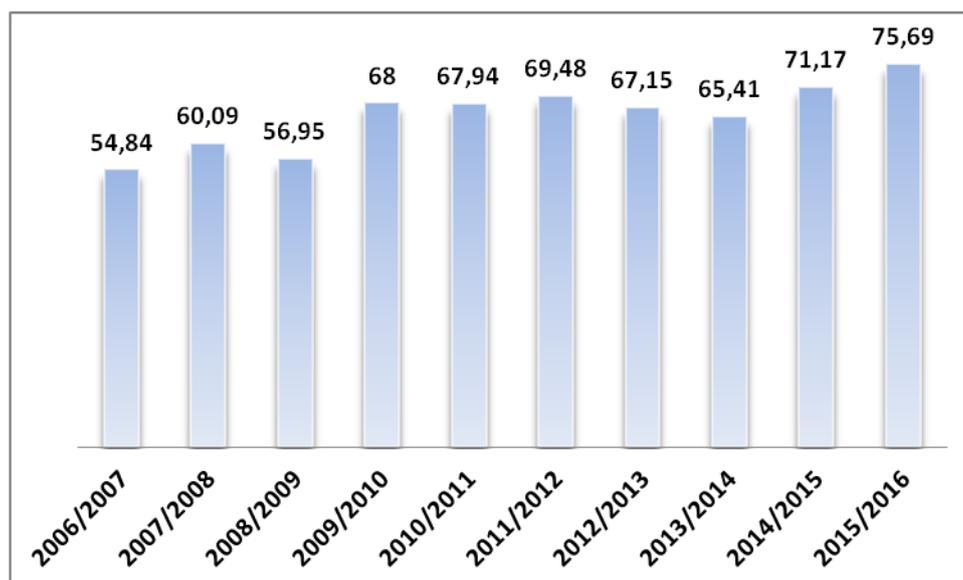


Gráfico 3: Distribuição percentual de adesão das crianças do Pré-Escolar ao programa AAAF 2006-2016

A análise feita em percentagem permite compreender melhor a evolução da adesão às atividades de apoio à família – a verdade é que desde 2006/2007, pelo menos mais de metade das crianças inscritas no pré-escolar usufruíram das AAAF em dupla vertente: alimentação e complemento de horário. Trabalhar esta variável em número de crianças, conduziria à diminuição do número de alunos por anos letivos, decorrentes somente do decréscimo da população ao nível do pré-escolar na totalidade, e não a real evolução do número de crianças a usufruir destas respostas. Se atendermos ao presente ano letivo o número de crianças com refeição+prolongamento de horário situa-se nos 75.69% (n=190), valor muito próximo dos anos imediatamente anteriores. Se atendermos apenas à refeição, podemos

²⁸ Neste sentido, a Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, no seu ponto 1, do artigo 12.º, determina que “os estabelecimentos de educação pré-escolar devem adotar um horário adequado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual se prevejam períodos específicos para atividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades destas”. Em sequência, o Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de julho, regulamenta a flexibilidade do horário dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de modo a colmatar as dificuldades das famílias.

concluir que nos últimos três anos letivos, houve também um aumento da procura “deste serviço” por parte das famílias do concelho (2013/2014: 87,79%; 2014/2015: 91,6% e 2015/2016: 92,4%).

4.1.2 Ensino Básico: 1º CEB

O ensino Básico privado no Concelho não existe, pelo que não vamos repetir aqui, os dados já apresentados na tabela 8 do presente documento.

A evolução em todos os ciclos é negativa – decréscimo do nº de alunos, mais expressiva ao nível do 1º CEB.

Parece-nos importante referir neste capítulo ao nível do 1º CEB:

4.1.2.1 Atividades de enriquecimento curricular: 1º CEB

O sucesso alcançado, nacional e local, pelo anterior programa de generalização do inglês – 1º CEB²⁹, revelou a necessidade de desenvolver atividades de animação e apoio à família e de enriquecimento curricular, possibilitando avançar com um projeto de escola a tempo inteiro³⁰. A promoção de respostas de apoio às escolas, às famílias e aos alunos, exigiu tempos pedagogicamente significativos na permanência alargada dos alunos nas escolas.

A autarquia do concelho assumiu-se, desde o início do programa, como entidade promotora do mesmo planificando com os agrupamentos as atividades e respetivos horários para as seguintes atividades: ensino do inglês, ensino da música e educação física e desportiva;

A adesão às atividades de enriquecimento curricular apresenta o valor mais baixo no ano letivo de 2010/2011, mas ainda assim se situa nos 81.94%. Efetivamente o programa recebeu no Concelho, desde sempre, aceitação muito relevante. Nos anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016 o Município “delegou” a gestão das AEC’s nos Agrupamentos de Escolas (a adesão, nestes dois últimos anos letivos foi no Agrupamento de Santa Cruz de 100% e em São Pedro do Sul, os valores foram mais baixos, este ano, mas igualmente positivos – 2014/2015:100% e 2015/2016: 75 %).

O gráfico que a seguir se apresenta, pretende dar a conhecer, sob forma de percentagem, a adesão dos alunos do 1º CEB ao programa de Atividades de Enriquecimento Curricular, desde 2006 até 2014.

²⁹ Despacho nº 14753/2005

³⁰ Despacho nº 14460/2008

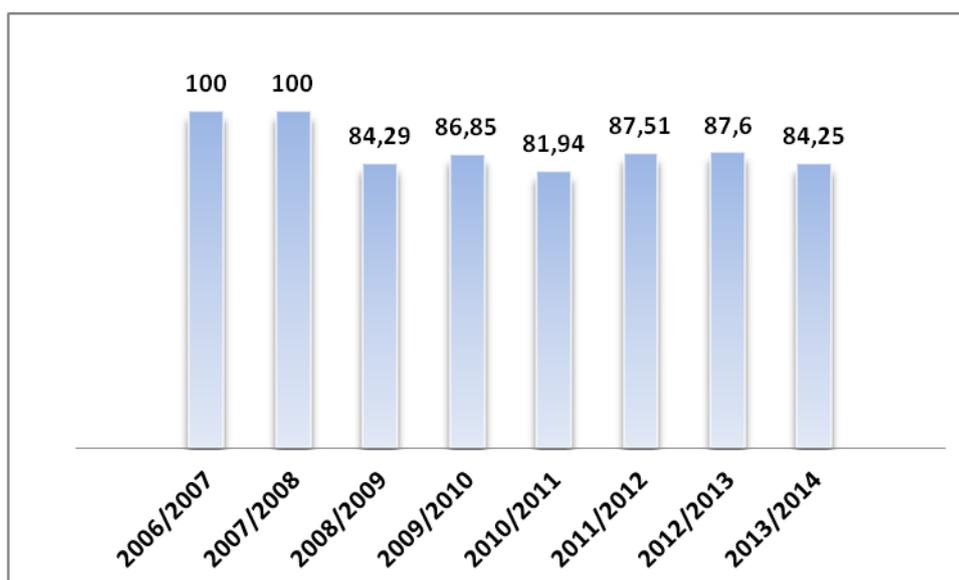


Gráfico 4: Distribuição percentual de adesão dos alunos do 1º CEB ao programa das Atividades de Enriquecimento Curricular 2006-2014.

4.2 PROJETOS EDUCATIVOS MUNICIPAIS

Anterior ao projeto nacional das AEC's, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul implementou um projeto no Concelho designado "Animar a Escola". Este é uma realidade, ainda nos dias de hoje, e foi sempre crescendo com intenção de diversificar as temáticas abrangidas. Nasceu, como não poderia deixar de ser, da parceria entre a câmara municipal e os agrupamentos de escolas, com os quais mantemos as melhores relações institucionais. Assim, todos os anos nos jardins de infância e nas escolas do 1º CEB do Concelho, se promovem atividades de: adaptação ao meio aquático e expressão física motora (apenas dirigido aos jardins de infância), promoção da leitura (projeto da hora do conto e o bibliomóvel), Educação e Sensibilização Ambiental, Educação para a Saúde (higiene oral, em parceria com o Centro de Saúde local), Educação para a Cultura e Educação para o Empreendedorismo, dirigido a todos os níveis de ensino, entre outros. De realçar que a candidatura ao Regime da Fruta Escolar, iniciada no ano letivo de 2014/2015, se assume como um projeto essencial à promoção da saúde e de bons hábitos alimentares, pelo que se manteve o mesmo no presente ano letivo. Também o projeto do empreendedorismo, foi alargado aos alunos do 1º CEB com este Executivo Municipal. Estas atividades são resultado de um compromisso que

se pretende duradouro, numa estreita responsabilidade social, à qual podemos chamar de projeto educativo municipal³¹. São objetivos **principais** e transversais a estas ofertas formativas:

- Promover a integração educativa e social e o desenvolvimento pessoal, social e cultural das crianças;
- Contribuir para uma maior igualdade de oportunidades entre as crianças, independentemente da sua origem social, étnica ou do sexo.

Outros projetos que podemos enumerar, respondem à necessidade de ocupar os tempos livres das crianças e jovens do Concelho, em períodos de férias escolares.

Projetos como “Férias a Brincar” foram implementados no Concelho como forma de responder às necessidades das famílias: O Município assegurou inicialmente o funcionamento dos jardins de infância durante as férias de verão. Este ano letivo alargou esta resposta às restantes paragens letivas: Natal e Páscoa, e também aos alunos do 1º CEB. Esta resposta é sujeita a número mínimo de inscrições, e inclui atividades diversificadas, garantindo um serviço de qualidade apenas pelo custo da refeição e seguro. Outro projeto, o “Campo de Férias” é uma resposta de ocupação dos tempos livres dirigida a idades mais alargadas – dos 6 aos 15 anos – com atividades, maioritariamente de *outdoor*, no âmbito do desporto, cultura e ambiente.

Estes projetos revelam, pela procura dos mesmos, que são respostas efetivas que se pretendem manter.

A verdade é que a Câmara Municipal se assume como verdadeiro agente educador, parceiro efetivo dos seus agrupamentos e das escolas do seu Concelho.

4.3 TAXAS DE OCUPAÇÃO

A relação entre a capacidade³² dos edifícios escolares e o número de alunos que os frequentam, permite conhecer a taxa de ocupação dos mesmos e avaliar a saturação dos espaços escolares no concelho.

³¹ O DL nº7/2003 de 15 de janeiro regulamenta os Conselhos Municipais de Educação, nomeadamente as suas competências, entre elas: “Compete-lhe apreciar projetos educativos a desenvolver no município”.

³² A capacidade das escolas é determinada em função do número de espaços do edifício. Este número é determinado pela tutela antes do arranque de cada ano letivo. Mantivemos o número utilizado no anterior documento, como forma a possibilitar uma comparação válida entre diferentes anos letivos: alunos/turma por ciclos de ensino considera-se da seguinte forma: 24 alunos/turma no ensino básico; 26 alunos/turma no 3º ciclo; e 28 alunos/turma no Ensino Secundário. A partir da capacidade da escola podemos determinar a taxa de ocupação, definida como: relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam em período diurno.

4.3.1 Educação Pré-Escolar – Taxas de Ocupação

As taxas de ocupação referentes à educação pré-escolar demonstraram situações díspares entre a oferta de educação a este nível de ensino e a procura em relação ao mesmo.

Esta variável foi trabalhada em duas fases: a primeira até ao ano letivo de 2011/2012 – ano em que inaugurou o Pólo Pedagógico de Carvalhais, e a segunda entre 2012/2013 até ao presente ano letivo. Destacamos, neste intervalo, a abertura do Centro Escolar de São Pedro do Sul, em 2014/2015.

A análise às taxas de ocupação dos últimos anos letivos dos jardins de infância devem, antes de mais, atender às seguintes situações:

- Encerramento do Jardim do Covelo: o ano letivo de 2006/2007 foi último ano de funcionamento deste estabelecimento de ensino. Entre 2000 e 2006 a taxa média de ocupação do jardim situou-se nos 36.8% e no ano do seu encerramento não foi além dos 25%.
- Encerramento do **jardim de Sá** e do **jardim de Carvalhais** e conseqüente deslocação destas crianças para o Pólo Pedagógico de Carvalhais. Com melhores taxas de ocupação, o Jardim de Carvalhais, inicialmente previsto na Carta Educativa, foi integrado no Pólo Pedagógico que inaugurou no ano letivo 2011/2012. Relembro a avaliação negativa³³ e as taxas de ocupação elevadas do jardim, que justificaram a proposta de construção de um novo equipamento - jardim de infância - para as crianças de Carvalhais, (de 2000 a 2010/2011, ano de encerramento do JI, em média as taxas de ocupação situam-se nos 100%).
O jardim de infância de Sá encerrou com intenção de racionalizar meios e recursos, melhorar a oferta educativa e as condições pedagógicas e evitar o isolamento, uma vez que se verificou também o encerramento da Escola do 1ºCEB de Sá. As taxas médias de ocupação deste jardim, inferiores às do jardim de Carvalhais, desde 2000 até 2010/2011 – último ano do funcionamento, situam-se nos 67%.
- Encerramento dos jardins de Sobral e de Rio de Mel – Estes jardins, em situação de evidente isolamento, apresentavam “tímidas” taxas de ocupação³⁴. No último ano de funcionamento (2009/2010), a ocupação do jardim de Sobral era de 25% e em Rio de Mel a ocupação situava-se nos 33.3%. A decisão de deslocar estas crianças possibilitou garantir melhores condições sócio pedagógicas, nomeadamente salvaguardar a questão do seu total isolamento.

³³ A avaliação do antigo jardim de infância de Carvalhais recebeu classificação negativa – “MAU” em todos os itens relacionados com a segurança e com a Higiene e Saúde, ao nível do Meio Ambiente e do Edifício e recinto escolar.

³⁴ Taxas de ocupação desde 2000 a 2009/2010 de Sobral e Rio de Mel situam-se nos 30.8% e 47.5%, respetivamente.

- Encerramento do jardim de São Cristóvão de Lafões: no último ano de funcionamento, este jardim (2010/2011) apresentava, à semelhança de anos anteriores, baixa taxa de ocupação: 16.7% (4 alunos). Entre 2000 e 2011, a taxa média de ocupação do jardim situou-se nos 27.3%.

Tabela 10: Taxas e média das taxas de Ocupação das Escolas do Pré-Escolar Público (2006/2012)

Jardim de Infância	Cap.	2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010		2010/2011		2011/2012		Média
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Agrupamento de São Pedro do Sul														
Baiões	24	11	45,8%	14	58,3%	15	62,5%	14	58,3%	14	58,3%	8	33,3%	52,8%
Bordonhos	24	14	58,3%	18	75,0%	16	66,7%	20	83,3%	15	62,5%	11	45,8%	65,3%
Fermentelos	24	14	58,3%	11	45,8%	11	45,8%	6	25,0%	8	33,3%	11	45,8%	42,4%
Figueiredo Alva	24	12	50,0%	12	50,0%	12	50,0%	10	41,7%	8	33,3%	7	29,2%	42,4%
Ladreda	24	9	37,5%	13	54,2%	8	33,3%	8	33,3%	5	20,8%	7	29,2%	34,7%
Oliveira	24	15	62,5%	14	58,3%	8	33,3%	7	29,2%	10	41,7%	10	41,7%	44,4%
Pindelo Milagres	24	11	45,8%	12	50,0%	13	54,2%	11	45,8%	12	50,0%	11	45,8%	48,6%
Pinho	24	22	91,7%	23	95,8%	9	37,5%	10	41,7%	10	41,7%	13	54,2%	60,4%
Rio de Mel	24	15	62,5%	13	54,2%	10	41,7%	8	33,3%					
São Félix	24	21	87,5%	22	91,7%	13	54,2%	13	54,2%	10	41,7%	13	54,2%	63,9%
São Pedro Sul	48	45	93,8%	50	104,2%	50	104,2%	50	104,2%	33	68,8%	32	66,7%	90,3%
Sendas	24	12	50,0%	15	62,5%	16	66,7%	9	37,5%	7	29,2%	9	37,5%	47,2%
Sobral	24	4	16,7%	8	33,3%	8	33,3%	6	25,0%					
Termas	24	19	79,2%	19	79,2%	19	79,2%	16	66,7%	11	45,8%	16	66,7%	69,4%
Várzea	24	14	58,3%	18	75,0%	17	70,8%	12	50,0%	12	50,0%	10	41,7%	57,6%
Vila Maior	24	13	54,2%	14	58,3%	16	66,7%	15	62,5%	15	62,5%	15	62,5%	61,1%
Agrupamento de Santa Cruz da Trapa														
Carvalhais	24	23	95,8%	21	87,5%	24	100,0%	24	100,0%	25	104,2%			
Covelo	24	6	25,0%											
Freixo	24	10	41,7%	11	45,8%	11	45,8%	12	50,0%	8	33,3%	4	16,7%	38,9%
Manhouce	24	13	54,2%	12	50,0%	10	41,7%	11	45,8%	7	29,2%	11	45,8%	44,4%
São Cristóvão	24	7	29,2%	5	20,8%	4	16,7%	5	20,8%	4	16,7%			
Sá	24	17	70,8%	15	62,5%	16	66,7%	14	58,3%	14	58,3%			
Sta Cruz Trapa	48	46	95,8%	47	97,9%	49	102,1%	43	89,6%	39	81,3%	28	58,3%	87,5%
Serrazes	24	14	58,3%	17	70,8%	16	66,7%	15	62,5%	11	45,8%	11	45,8%	58,3%
Valadares	24	5	20,8%	7	29,2%	8	33,3%	8	33,3%	9	37,5%	8	33,3%	31,3%

* Dados por preencher na tabela decorrem do encerramento dos edifícios escolares que ministravam este grau de ensino

Na consulta da tabela que anteriormente se apresentou, podemos verificar que são alguns os jardins de infância com taxas médias de ocupação inferiores aos 50% entre 2006/2007 e 2011/2012: Valadares (31.3%); Ladreda (34.7%); Freixo (38.9%); Fermontelos (42.4%); Oliveira e Manhouce (44.4%); Sendas (47.2%); e Pindelo dos Milagres (48.6%). Os jardins de infância de São Pedro do Sul (90.3%), o de Santa Cruz da Trapa (87.5%) e o das Termas (69.4%) são os que maiores taxas médias de ocupação apresentam nos últimos anos. A anterior proposta de aumentar a capacidade deste grau de ensino, em São Pedro do Sul, com a construção desta valência no Centro Escolar, continuou a justificar-se nos anos posteriores.

O inaugurado Pólo Pedagógico – em 2011/2012 de Carvalhais, que recebeu, entretanto, as crianças do jardim de Carvalhais e de Sá encerrados, apresenta 2 salas de ensino para o pré-escolar e uma sala de prolongamento para 37 alunos inscritos. Este ano a taxa de ocupação situa-se nos 77.1%.

Com a construção e inauguração do Centro Escolar de São Pedro do Sul e com o encerramento dos jardins de Sendas, Freixo e Fermontelos interessa perceber, as últimas taxas de ocupação destes espaços.

Para este efeito vamos considerar, agora, as taxas de ocupação, dos jardins que se mantêm em funcionamento. A análise às taxas de ocupação, no presente ano letivo dos jardins de infância do Concelho, permite constatar a perda significativa de população residente jovem, já refletida na análise demográfica³⁵.

Apresentamos, de seguida, as taxas de ocupação de 2012/2013 a 2015/2016.

O 1º ano em análise - 2012/2013 – coincide com o último ano de funcionamento do jardim de Sendas em Vila Maior, pelo que o mesmo já não consta desta tabela. Frequentaram 4 crianças (16,7% de taxa de ocupação) este jardim no ano do seu encerramento.

Por igual motivo, não consta da tabela o jardim de Freixo, que funcionou pelo último ano em 2013/2014, apresentando nos últimos dois anos letivos igual taxa de ocupação de 20,8%, o equivalente a 5 alunos.

Em 2014/2015 abre o Centro Escolar de São Pedro do Sul, encerrando os jardins de Baiões, Bordonhos, S. Pedro, Várzea e Termas. Dado que, as taxas de ocupação de cada um deles, em anos anteriores foram semelhantes às já apresentadas (tabela 10), os mesmos não foram aqui contabilizados. Ao nível do JI o Centro Escolar apresenta, desde a sua abertura, em funcionamento 5 salas (taxas de ocupação a rondar os 70%).

³⁵ Capítulo referente à Análise demográfica ponto 3.2.1 A População escolar. Ver também tabela já apresentada com a evolução de alunos por ciclos/níveis de ensino desde 1998 até 2016.

Tabela 11: Taxas e média das taxas de Ocupação das Escolas do Pré-Escolar Público (2012/2016)

Jardim de Infância	Cap.	2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Agrupamento de São Pedro do Sul									
Figueiredo Alva	24	6	25,0%	6	25,0%	3	12,5%	5	20,8%
Fermentelos	24	12	50,0%	10	41,7%	3	12,5%		
Ladreda	24	7	29,2%	6	25,0%	4	16,7%	5	20,8%
Oliveira	24	10	41,7%	11	45,8%	16	66,7%	18	75,0%
Pindelo Milagres	24	14	58,3%	13	54,2%	12	50,0%	7	29,2%
Pinho	24	15	62,5%	17	70,8%	8	33,3%	6	25,0%
São Félix	24	12	50,0%	8	33,3%	9	37,5%	4	16,7%
Vila Maior	24	10	41,7%	10	41,7%	8	33,3%	7	29,2%
São Pedro Sul CE	144					101	70,1%	102	70,8%
Agrupamento de Santa Cruz da Trapa									
Carvalhais	48	42	87,5%	43	89,6%	42	87,5%	34	70,8%
Manhouce	24	9	37,5%	7	29,2%	7	29,2%	8	33,3%
Santa Cruz Trapa	48	32	66,7%	40	83,3%	43	89,6%	42	87,5%
Serrazes	24	10	41,7%	12	50,0%	6	25,0%	6	25,0%
Valadares	24	7	29,2%	11	45,8%	8	33,3%	7	29,2%

4.2.2 Educação Básica – 1º CEB

A requalificação da rede escolar e as insuficientes taxas de ocupação das escolas ditaram encerramentos progressivos e consequente redução do parque escolar do Concelho.

A análise às taxas de ocupação do 1º CEB, que se apresentam na tabela que se segue, deverá considerar as escolas ditas de acolhimento, ou seja, a deslocação dos alunos, decorrente do encerramento de outras. Foram escolas de acolhimento: Vila Maior; Serrazes; Carvalhais³⁶ e Santa Cruz da Trapa.

No último ano de funcionamento, a escola de Sendas (2008/2009) apresentava uma taxa de ocupação de 29.2% (n=7); a escola de Freixo (2010/2011) de 22.9% (n=11); a anteriormente suspensa escola de São Cristóvão de Lafões (2009/2010) de 41.7% (n=10) e a escola de Sá apenas metade da sua ocupação possível (50%; n=24). Serrazes não ultrapassou nos últimos 6 anos os 42% de Taxas de

³⁶ O Pólo pedagógico de Santa Cruz da Trapa em Carvalhais, decorrente da ampliação da EB1 de Carvalhais apresenta agora maior capacidade de ocupação – 4 salas do 1º CEB, 2 salas de JI e 1 sala de prolongamento.

ocupação médias e no ano letivo 2011/2012, mesmo sendo escola de atendimento, a taxa de ocupação representa metade da sua capacidade. Pindelo dos Milagres, Bordonhos e Fermontelos, apresentam em 2011/2012 taxas de ocupação abaixo dos 50.0% sendo que, a média dos últimos anos em análise não ultrapassa os 58.0%.

A escola de Sul, tem taxas de ocupação média nos últimos 6 anos de 47.9% e no último ano letivo em análise de 33.3% (n=8), tal como Oliveira, sendo que nesta os valores médios de ocupação são ainda inferiores (37.5%). Segue-se a tabela referente as taxas de ocupação das Escolas do 1º CEB do Conselho por anos letivos em análise e média dos mesmos.

Tabela 12: Taxas e médias das taxas de ocupação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (2006/2012)

Escolas 1º CEB	Cap.	2006/2007		2007/2008		2008/2009		2009/2010		2010/2011		2011/2012		Média
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Agrupamento de São Pedro do Sul														
Bordonhos	48	30	62,5%	28	58,3%	26	54,2%	24	50,0%	25	52,1%	21	43,8%	53,5%
Fermontelos	24	19	79,2%	19	79,2%	19	79,2%	11	45,8%	7	29,2%	9	37,5%	58,3%
Figueiredo Alva	48	23	47,9%	27	56,3%	27	56,3%	23	47,9%	23	47,9%	18	37,5%	49,0%
Oliveira	24	11	45,8%	9	37,5%	7	29,2%	9	37,5%	10	41,7%	8	33,3%	37,5%
Pindelo Milagres	48	31	64,6%	29	60,4%	25	52,1%	27	56,3%	30	62,5%	23	47,9%	57,3%
Pinho	48	31	64,6%	35	72,9%	35	72,9%	32	66,7%	30	62,5%	24	50,0%	64,9%
São Félix	24	20	83,3%	19	79,2%	22	91,7%	22	91,7%	17	70,8%	13	54,2%	78,5%
S. Pedro do Sul	192	183	95,3%	178	92,7%	191	99,5%	168	87,5%	165	85,9%	169	88,0%	91,5%
Sendas	24	9	37,5%	10	41,7%	7	29,2%							
Sul	24	11	45,8%	19	79,2%	19	79,2%	8	33,3%	4	16,7%	8	33,3%	47,9%
Termas	48	33	68,8%	40	83,3%	44	91,7%	42	87,5%	41	85,4%	41	85,4%	83,7%
Várzea	48	58	120,8%	54	112,5%	58	120,8%	59	122,9%	65	135,4%	69	143,8%	###
Vila Maior	48	33	68,8%	26	54,2%	21	43,8%	24	50,0%	26	54,2%	33	68,8%	56,6%
Agrupamento de Santa Cruz da Trapa														
Carvalhais	48	30	62,5%	25	52,1%	24	50,0%	21	43,8%	30	62,5%	60	125,0%	66,0%
Freixo	48	23	47,9%	19	39,6%	15	31,3%	13	27,1%	11	22,9%			
Manhouce	48	22	45,8%	21	43,8%	23	47,9%	20	41,7%	24	50,0%	22	45,8%	45,8%
São Cristóvão	24	10	41,7%	7	29,2%	10	41,7%	10	41,7%					
Sá	48	27	56,3%	29	60,4%	28	58,3%	30	62,5%	24	50,0%			
Sta Cruz Trapa	96	67	69,8%	66	68,8%	70	72,9%	68	70,8%	78	81,3%	72	75,0%	73,1%
Serrazes	48	22	45,8%	19	39,6%	21	43,8%	18	37,5%	17	35,4%	24	50,0%	42,0%
Valadares	48	7	14,6%	16	33,3%	15	31,3%	11	22,9%	10	20,8%	19	39,6%	27,1%

As escolas do 1º CEB de Mosteirinho, Sequeiros e Covelo (não contabilizadas na tabela) apresentavam em 2006/2007 taxas de ocupação muito baixas. Nesse ano letivo existiam 8 alunos inscritos por escola. A escola de Arcozelo encerrou no ano letivo seguinte às anteriores – 2007/2008 – com 5 alunos inscritos.

Abaixo dos 50% de média de taxas de ocupação surgem nos anos em análise as escolas de: Valadares (42.0%), Manhouce (45.8%) e Sul (47.9%).

Uma análise ao ano letivo – 2011/2012 – revela resultados ainda mais negativos. À exceção da escola de Serrazes (50.0%) todas as outras apresentam valores inferiores à metade das suas capacidades e iguais (caso de Manhouce) e/ou inferiores às médias dos anos em análise.

A escola de Fermontelos (n=9;37.5%); a de Bordonhos (n=21; 43.8%) e a de Pindelo dos Milagres (n=23; 47.9%) registam no ano letivo 2011/2012 taxas de ocupação que merecem, aqui, este apontamento.

Apresentamos, de seguida, as taxas de ocupação de 2012/2013 a 2015/2016.

Tabela 13: Taxas e médias das taxas de ocupação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (2012/2016)

Escolas 1º CEB	Cap.	2012/2013		2013/2014		2014/2015		2015/2016	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Agrupamento de São Pedro Sul									
Figueiredo Alva	24	19	79,2%	16	66,7%	24	100,0%	20	83,3%
Oliveira	24	11	45,8%	10	41,7%	9	37,5%	14	58,3%
Pindelo Milagres	48	24	50,0%	22	45,8%	11	22,9%	10	20,8%
Pinho	48	23	47,9%	13	27,1%	18	37,5%	17	35,4%
Vila Maior	48	34	70,8%	27	56,3%	24	50,0%	19	39,6%
CE S. Pedro SUL	288					242	84,0%	231	80,2%
Agrupamento de Santa Cruz da Trapa									
Carvalhais	96	72	75,0%	68	70,8%	57	59,4%	51	53,1%
Manhouce	48	11	22,9%	14	29,2%	14	29,2%	11	22,9%
Sta Cruz Trapa	96	65	67,7%	60	62,5%	69	71,9%	62	64,6%

A escola de Fermontelos funcionou no ano do seu encerramento com 3 alunos (2012/2013). A escola de Sul, encerrou no mesmo ano com 5 alunos. As escolas de Serrazes e Valadares encerraram no ano seguinte, 2013/2014, apresentando taxas de ocupação inferiores a 50%.

A abertura do Centro Escolar em 2014/2015 encerrou as seguintes escolas: Bordonhos, S. Félix, S. Pedro, Termas e Várzea. Todas as referidas não estão contempladas na última tabela.

A figura que se segue dá conta dos jardins e das escolas encerradas desde 2006 e da deslocação desses alunos para outros jardins e para as ditas “escolas de acolhimento”.

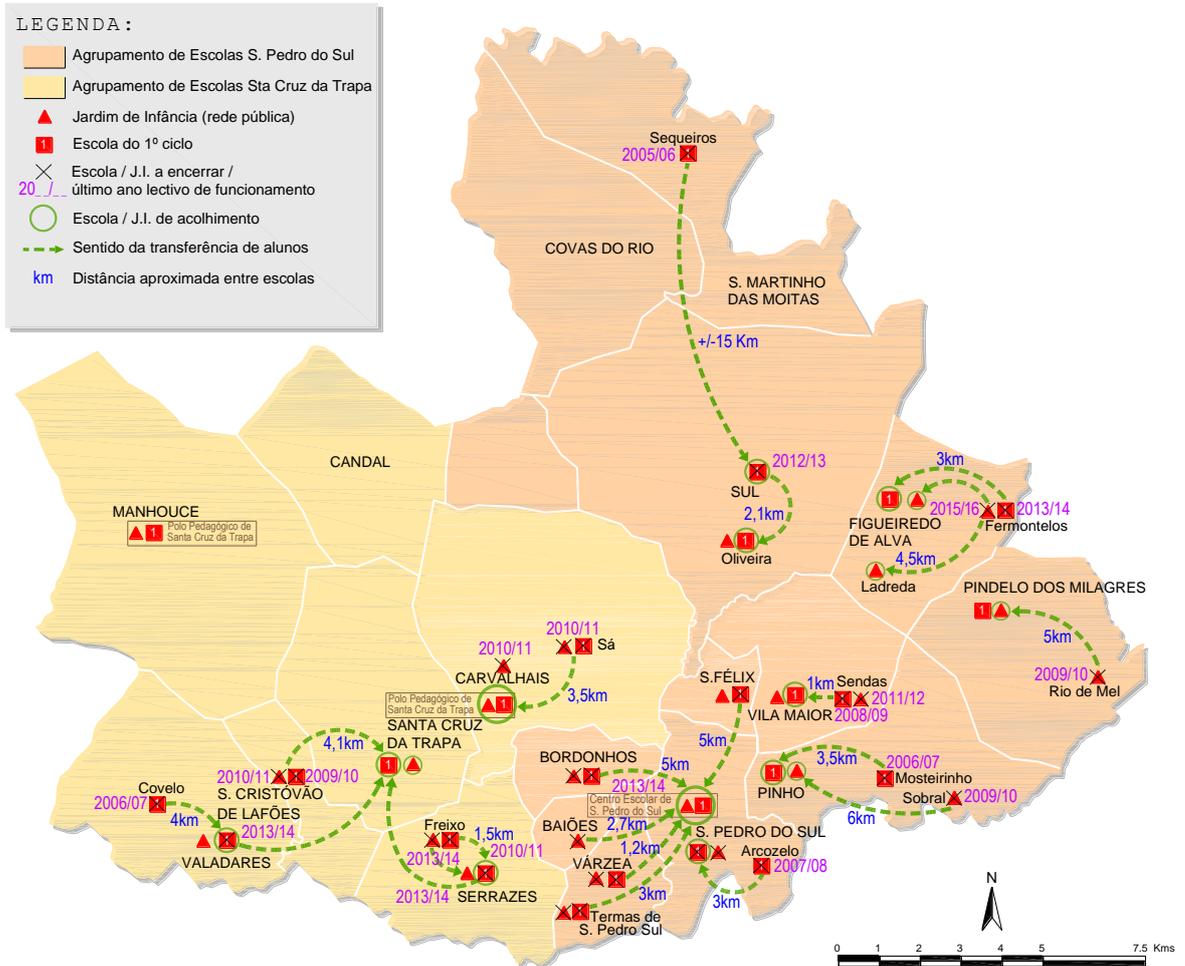


Figura 1: Encerramento dos jardins de infância e das Escolas do 1ºCEB. Último ano de funcionamento e consequente deslocação dos alunos.

Importa, agora, após conhecer as alterações verificadas nos últimos anos, conhecer o atual parque escolar do Concelho – ano letivo de 2015/2016.

Os edifícios escolares e a sua respetiva localização podem identificar-se na figura que se segue. O Parque Escolar do Concelho de São Pedro do Sul é hoje muito inferior a 2005/2006, quando surgiram o maior número de encerramentos das escolas do 1º CEB.

Concelho de São Pedro do Sul
Parque Escolar 2015 / 2016

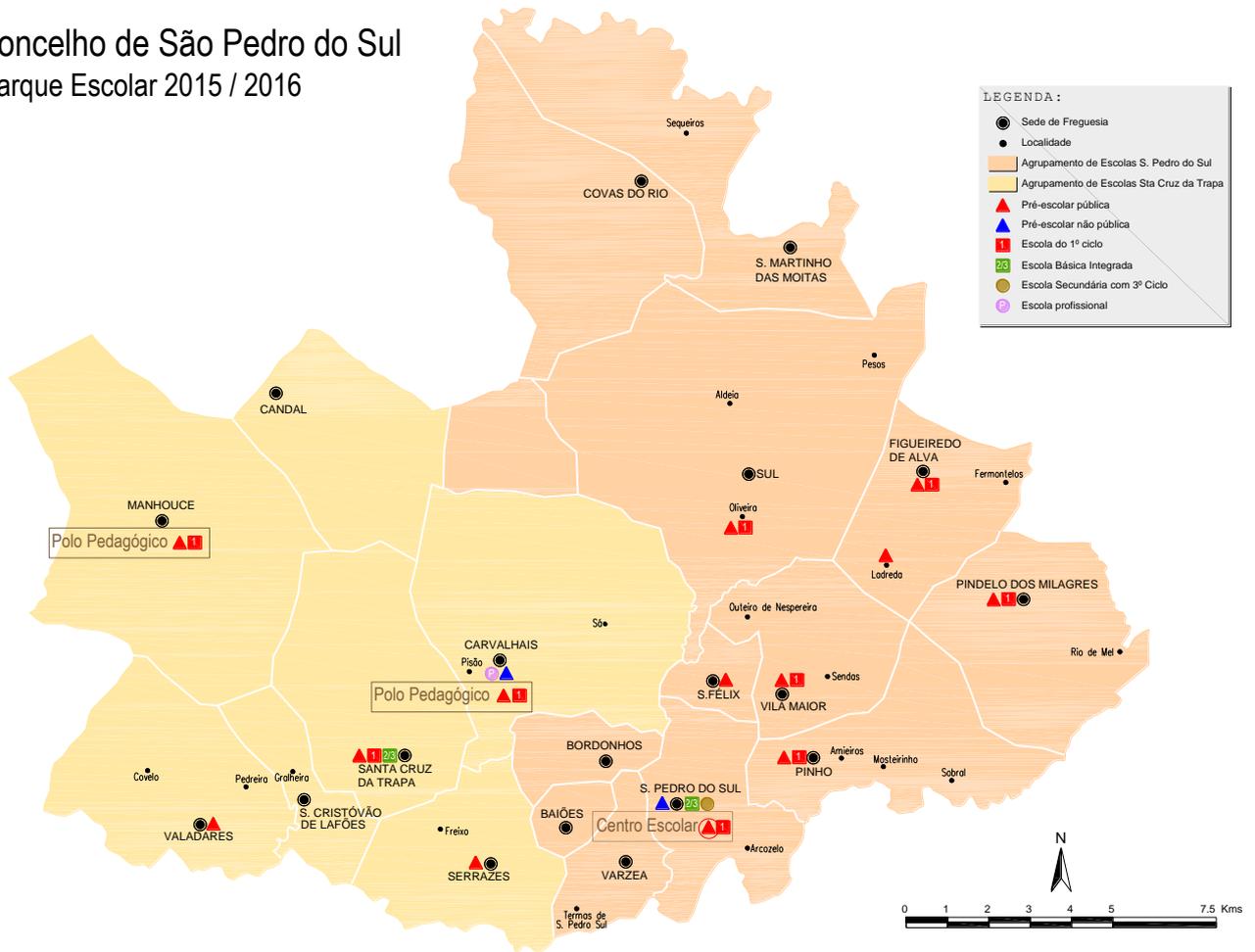


Figura 2: Parque Escolar do Concelho – Ano letivo 2015/2016

4.3 Estado de Conservação e Adequação dos Espaços

A avaliação das escolas³⁷, que aqui se pretende fazer, abrange apenas e somente as condições físicas dos edifícios escolares quanto ao seu estado de conservação, para concluir sobre a adequação destes espaços. Um dos objetivos do Programa Nacional de Saúde Escolar é a promoção de um ambiente escolar seguro e saudável, considerando que, os estabelecimentos de educação e ensino, pela sua localização, tipo de instalação e funcionamento, podem condicionar a salubridade, conforto e segurança dos seus utilizadores.

A avaliação destes riscos torna-se portanto essencial. A parceria com a equipa ACES Dão Lafões³⁸ foi recurso para a apresentação das avaliações dos edifícios escolares do Concelho – os questionários utilizados, são os formulários usados pelo Ministério da saúde para este efeito³⁹ - o questionário utilizado na 1ª Carta Educativa foi substituído, por um mais completo – acrescentou-se a variável *Zona de alimentação coletiva*, que juntamente com as outras: *Meio envolvente próximo* e as agora separadas variáveis *recintos escolar/ espaços de jogo e recreio* e *edifício escolar* constituem os subitens da avaliação geral ao nível da segurança e da Higiene e Saúde destes edifícios.

Segue-se a apresentação e posterior análise destas avaliações. Contudo, importa aqui referir que o formulário da DGS se revela muito exigente. A verdade é que classificações negativas em alguns itens determinam de imediato avaliações aquém das expectáveis. No entanto, assumimos a importância

³⁷ A Lei nº 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011. A Inspeção-Geral da Educação (IGE) foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho nº 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a IGE está a desenvolver esta atividade consagrada como sua competência no Decreto Regulamentar nº 81-B/2007, de 31 de julho. Esta avaliação contempla, entre outros, os resultados académicos, os resultados locais, o reconhecimento da comunidade, itens considerados essenciais na prestação do serviço educativo como: Planeamento e Articulação, práticas de Ensino e itens de liderança e gestão. Esta avaliação é realizada como base também na autoavaliação dos Agrupamentos, na análise de documentos e inquéritos de satisfação.

³⁸ As técnicas de saúde Ambiental responsáveis por dar cumprimento à circular Normativa nº 12/DSE de 29711/2006 partilharam para este efeito as suas vistorias e os resultados das suas avaliações.

³⁹ O questionário contempla como pontos principais: Identificação da escola – nome da escola; localização; contactos freguesia a que pertence; nível de ensino que ministra; nº de alunos; nº de docentes, nº de auxiliares, etc.; Caracterização geral da escola – registo da existência ou não de infraestruturas específicas como: salas; refeitórios; zona de recreio; campo de jogos, etc. e de condições básicas (água: rede pública ou rede própria; esgotos; aquecimento; telefone e/ou Internet; rede elétrica; legislação de tabaco, etc.; Higiene, Segurança e Saúde da escola – atesta condições relacionadas com a higiene e saúde não só em termos do meio envolvente como também do edifício e recinto escolar: espaço de jogos e recreio e da zona de alimentação coletiva.

desta avaliação como instrumento de reflexão e uma oportunidade de ação. Mais, referimos também que qualquer avaliação, ainda que com os critérios todos estabelecidos é sempre subjetiva. Interessa perceber que as classificações são qualitativas, e por isso mesmo, não traduzem diferenças evidentes entre escolas – o razoável assume valores entre os 50% e os 75%, sendo que quantitativamente este intervalo é mais expressivo das diferenças entre os edifícios escolares do concelho. Mais, as avaliações são sempre comunicadas à Câmara Municipal, por relatório da vistoria realizada para o efeito. Este identifica todos os pontos que necessitam de correção, de acordo com as “deficiências” encontradas. Segue-se a apresentação da avaliação dos jardins e das escolas do 1º CEB do concelho.

4.3.1 Educação Pré-Escolar

Tabela 14: Avaliação das Escolas do Pré-Escolar Público do Concelho

Educação Pré-Escolar	SEGURANÇA				HIGIENE E SAÚDE			
	Meio envolvente	Recinto Escolar	Edifício escolar	Zona de alimentação coletiva	Meio envolvente	Recinto Escolar	Edifício escolar	Zona de alimentação coletiva
Agrupamento São Pedro do Sul								
Figueiredo Alva	Razoável	Mau	Mau	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Ladreda	Mau	Mau	Mau	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Mau
Oliveira	Razoável	Mau	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Pindelo Milagres	Razoável	Mau	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Pinho	Razoável	Razoável	Razoável	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
São Félix	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Vila Maior	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
São Pedro Sul	Bom	Bom	Bom	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	Muito Bom
Agrupamento Santa Cruz da Trapa								
Carvalhais	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Manhouce	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Sta Cruz Trapa	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Serrazes	Razoável	Razoável	Razoável	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Mau
Valadares	Razoável	Razoável	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável

Pela análise das avaliações realizadas ao nível do pré-escolar, de que damos conta na tabela anterior, destacamos as avaliações positivas dos jardins de infância de São Félix e Vila Maior. Constatamos que, edifícios escolares novos, apresentam excelentes classificações, como seria expetável.

Com piores classificações, nos itens em avaliação, encontramos o jardim de infância da Ladreda.

Os jardins de Figueiredo de Alva e de Oliveira/Sul apresentam itens com avaliações negativas, nomeadamente ao nível da segurança do edifício e do recinto escolar.

4.3.2 Educação Básica. 1º CEB

As escolas do 1º CEB do concelho que apresentavam problemas maiores ao nível da segurança do edifício e recinto escolar, ao nível da higiene e saúde do edifício e recinto escolar, já se encontram encerradas.

Edifícios escolares novos, apresentam excelentes classificações, como seria exepetável. Destacamos aqui a segurança e a higiene e saúde da Zona de alimentação coletiva do centro Escolar de São Pedro do sul, com classificação de *Muito Bom*.

Sinalizamos as escolas de Vila Maior, Oliveira/Sul e Figueiredo de Alva como situações que necessitam de vigilância ao nível da segurança dos seus Recintos e Edifícios Escolares.

Tabela 15: Avaliação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho

Escolas 1º CEB	SEGURANÇA				HIGIENE E SAÚDE			
	Meio envolvente	Recinto Escolar	Edifício escolar	Zona de alimentação coletiva	Meio envolvente	Recinto Escolar	Edifício escolar	Zona de alimentação coletiva
Agrupamento São Pedro do Sul								
Figueiredo Alva	Razoável	Razoável	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Oliveira	Razoável	Mau	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Pindelo Milagres	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Pinho	Razoável	Razoável	Razoável	Mau	Razoável	Razoável	Razoável	Mau
Vila Maior	Razoável	Mau	Mau	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
CE S. Pedro Sul	Bom	Bom	Bom	Muito Bom	Bom	Bom	Bom	Muito Bom
Agrupamento Santa Cruz da Trapa								
Carvalhais	Razoável	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
Manhouce	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável
Sta Cruz Trapa	Bom	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável

5. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da situação educativa do Concelho tem como objetivo central conseguir ajustar anteriores propostas de (re)ordenamento da rede escolar, conhecendo a atual realidade educativa do concelho – aqui é tida em consideração a análise qualitativa e quantitativa dos recursos existentes. Conhecer as instalações, avaliar os equipamentos e refletir sobre a qualidade e distribuição dos edifícios, é obrigatório para conhecer as necessidades da rede escolar e realizar um diagnóstico estratégico que possibilite um racional investimento no parque escolar.

As propostas de (re)ordenamento da rede escolar pretendiam “traçar” metas a longo prazo e solucionar problemas urgentes – caso da construção do jardim de Carvalhais, a recuperação da escola de Manhouce, e a construção de um Centro Escolar em São Pedro do Sul (como resposta ao nível do JI e 1º CEB de várias freguesias). As propostas identificadas como mais urgentes, na 1ª carta educativa, conseguiram concretização, pelo que consideramos que os objetivos do mesmo documento foram maioritariamente cumpridos.

Os equipamentos estão, agora, dotados de melhores condições e os edifícios e recintos escolares mais ajustados nos parâmetros da avaliação: segurança, higiene e saúde.

Se atendermos à avaliação feita anteriormente, e comparativamente com a avaliação da 1ª carta educativa, a qualidade dos novos edifícios escolares é inegável. Verificamos situações efetivas de melhoria decorrentes da execução das propostas. Contudo, dada a dispersão geográfica do Concelho, não se conseguem resolver situações de distância aos agrupamentos e a infraestruturas desportivas, culturais e de lazer, pelo que algumas escolas se consideram menos adequadas em termos de equipamentos.

O 2º e 3º CEB do Concelho, a Escola Secundária e a Escola Profissional de Carvalhais apresentam comparativamente com os primeiros, e em termos gerais, melhores recursos e melhores equipamentos, apesar de os edifícios da EB2 de São Pedro do Sul e da Escola Secundária necessitarem de requalificação.

Assim, não poderíamos deixar de referir, aqui, a suspensão do projeto de ampliação/renovação e modernização **da única Escola Secundária do concelho**, que há anos não é sujeita a qualquer intervenção e/ou requalificação parcelar. Esta deixou na comunidade educativa e na população em geral, muita indignação. Decorrente das restrições orçamentais, o processo não atendeu a singularidades do Concelho, como: o facto de ser a única Escola Secundária, os bons resultados escolares no “ranking nacional das escolas”, e as efetivas melhorias necessárias para dignificar a escola e esta comunidade.

Como não nos parece sensato que a Educação seja tratada como um “jogo” de sorte/azar, as expetativas na requalificação da Escola Secundária de São Pedro do Sul, mantém-se. A verdade é que

esta é uma escola de referência, única no Concelho, com resultados escolares muito positivos, que merece um edifício capaz de dignificar a sua identidade, de acordo com as expectativas da comunidade escolar.

A grande dimensão e o acidentado relevo do Concelho mantêm-se. A dispersão geográfica das escolas existentes, revela-se pouco vantajosa em termos de rentabilização dos recursos. Encerraram-se as escolas possíveis, com um número reduzido de alunos, privadas de condições pedagógicas essenciais ao desenvolvimento pessoal, social e ao sucesso académico. Optou-se por um ensino de qualidade concentrando alunos em equipamentos/recursos educativos, compensatórios das distâncias entre a residência e a nova escola acreditando nos aspetos positivos desta mudança. Parece-nos, sinceramente, cedo de mais para a avaliar convenientemente. Sabemos contudo, que estes novos equipamentos promoveram no Concelho evidentes desigualdades em termos de edifícios escolares. Há no Concelho de São Pedro do Sul, escolas do Plano Centenário que nunca conheceram qualquer modernização educativa. Racionalmente, é fácil compreender que será impossível transformar cada uma delas num Centro Escolar. Emocionalmente, acreditamos que apenas os investimentos que não são feitos em educação se “perdem”. E porque se exige racionalidade em “busca” de um planeamento ajustado à realidade, é necessário “olhar” as variáveis que até agora aqui dissecamos: a análise geográfica (as acessibilidades e a hierarquização dos aglomerados) e demográfica do concelho (as pouco otimistas projeções demográficas), a caracterização e a evolução do sistema educativo (as acentuadas perdas da população escolar em geral e o estado de conservação e adequação dos espaços).

Não podemos esquecer que as principais ameaças ao futuro escolar do Concelho se encontram no envelhecimento da população e no forte retrocesso do mundo rural, o que naturalmente provoca desequilíbrios sociais. Aqui, parece-nos pertinente realçar a importância das políticas demográficas locais e nacionais, que pretendemos capazes de incentivar a natalidade e a fixação da população no Concelho.

As principais ligações aos núcleos urbanos mais importantes foram ou pretendem ser melhorados o que constitui sempre uma mais valia. Mais, a construção/melhoria de diversas vias de comunicação a curto prazo melhorou e pode melhorar ainda mais, o serviço prestado pelos transportes escolares (diminuição do tempo de percurso, maior segurança nas viagens, etc.).

A aposta clara numa educação de qualidade no Concelho, é evidente no presente documento e expressa a vontade deste executivo municipal. Pensar a educação no Concelho de São Pedro do Sul é neste momento, (re)construir o desafio de planificar o (re)ordenamento da rede escolar, em termos de edifícios/equipamentos, mas também de serviços educativos, adaptando-os às exigências atuais de forma a promoverem o sucesso educativo.

6. PROPOSTAS DE (RE) ORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR

O conjunto de propostas a delinear neste capítulo devem ser o reflexo das considerações/análises que até aqui, temos vindo a fazer. Reorganizar o parque escolar do concelho, atendendo à evolução da população, às mudanças sociais e ao momento económico é, sem dúvida, responder às reais necessidades dos concelhos mas também propor soluções e traçar estratégias possíveis de concretizar, de acordo com o diagnóstico anteriormente realizado.

Pretende-se a melhoria efetiva da qualidade do serviço educativo, pelo que aqui se perspetiva um novo projeto de (re)ordenamento da rede escolar, nomeadamente ao nível do pré-escolar e do 1º CEB. Estas propostas pretendem, para além de racionalizar meios e recursos, melhorar a oferta educativa do Concelho e a qualidade das aprendizagens, promovendo a modernização dos equipamentos educativos e a melhoria das condições pedagógicas.

Assim, são propostas de (re)ordenamento da rede escolar, a curto prazo (5 anos): **Recuperação da EB1 de Vila Maior, Recuperação do Jardim e Escola do 1º CEB de Figueiredo de Alva e Recuperação do Jardim e Escola do 1º CEB de Oliveira/Sul**

De acordo com os itens referentes às acessibilidades (ponto 2.2), à hierarquização dos aglomerados (ponto 2.4), à análise demográfica (ponto 3) e à adequação e conservação dos espaços/edifícios educativos (ponto 4.3) podemos justificar melhor as nossas propostas:

- As acessibilidades a estas escolas são aceitáveis. Importa realçar a este nível que estes edifícios escolares, decorrente do encerramento de outros, se tornaram “escolas de acolhimento”, de freguesias ou lugares que já distam destes distâncias consideráveis.
- Todas as escolas se situam em aglomerados de dimensão significativa. Realçamos Vila Maior como aglomerado de média/grande dimensão no qual destacamos a sua centralidade. Já Sul/Oliveira assume-se como o único aglomerado a norte com alguma expressão territorial.
- As análises demográficas e as taxas de ocupação destes edifícios escolares são variáveis pouco abonatórias de qualquer proposta que pretenda a construção de novos edifícios. A perda populacional em geral, e da população escolar em particular, é transversal a todas as freguesias do Concelho (exceção apenas em Várzea). Assim, as propostas apresentadas “olham” o concelho em termos geográficos, tentando requalificar escolas existentes e as melhor localizadas no Concelho. De referir que estas escolas pertencem, todas, ao Plano Centenário e nunca foram requalificadas.

- Todas estas escolas necessitam de modernização. Os edifícios escolares identificados como alvo das propostas de (re)ordenamento revelam edifícios escolares desadequados, com avaliações pouco positivas nos itens referentes à segurança do edifício e/ou do recinto escolar. Estas instalações precisam de reunir condições pedagógicas e requisitos mínimos de higiene, salubridade e segurança.
- As taxas de ocupação destas escolas, embora não sendo muito elevadas no 1º CEB (ano letivo de 2015/2016: Figueiredo de Alva n=20; Vila Maior n=19 e Oliveira n=14) são relevantes no nosso Concelho. Os critérios de (re)ordenamento da rede escolar, definidos pela tutela, que apontam 21 alunos como número mínimo para manter em funcionamento as escolas do 1º CEB, revelam-se completamente desajustados à realidade do nosso Concelho.

Importa ainda referir acerca destas propostas :

- **Recuperação da EB1 de Vila Maior:** A freguesia de Vila Maior tem apenas um jardim de infância e uma escola do 1º Ciclo. A intervenção nesta escola do 1º CEB pode justificar-se como necessária até pela intenção de manter a continuidade na qualidade das condições pedagógicas – a escola situa-se num edifício contíguo ao jardim de infância, que se destaca no Concelho como um dos melhores no que diz respeito às condições físicas do equipamento. Os alunos que frequentam o jardim e depois a escola do 1º CEB experimentam um retrocesso significativo no que diz respeito às instalações;
- **Recuperação do Jardim e Escola do 1º CEB de Figueiredo de Alva:** A freguesia de Figueiredo de Alva mantém dois jardins de infância e uma escola do 1º CEB. O prolongamento do jardim de infância da Ladreda é feito desde 2014/2015 no JI da sede de freguesia.
- **Recuperação do Jardim e Escola do 1º CEB de Oliveira/Sul:** Escola e jardim de acolhimento dos alunos das freguesias de Oliveira/Sul, São Martinho das Moitas e Covas do Rio. O JI de Oliveira/Sul apresenta no presente ano letivo 2015/2016, e à semelhança de anos anteriores, boas taxas de ocupação (n=18 crianças) – é o jardim com maior número de alunos, não contabilizando os jardins sede de agrupamento e o Pólo Pedagógico de Carvalhais.

As propostas apresentadas anteriormente, não obedecem a nenhuma hierarquização em termos de calendarização das mesmas. Todas nos surgem como prioritárias. No que diz respeito ao financiamento, importa apresentar um custo estimado para a concretização destas. Neste momento, não conseguimos ainda fazer com exatidão esta programação financeira. Avançamos com um custo estimado de 200.000.00 € por proposta.

O projeto de (re)ordenamento da rede escolar nacional ao nível do 1º CEB e dos jardins de infância, mantendo-se os critérios atuais, deixa grandes possibilidades para acontecerem encerramentos de escolas e de jardins no Concelho. A este respeito, e em reunião ordinária do dia 18 de Novembro de 2015, o Conselho Municipal de Educação definiu o nº de alunos mínimo para manter em funcionamento as escolas e jardins do Concelho: 1º CEB, mínimo de 10 alunos, e para os jardins de infância, mínimo de 5 crianças. Esta proposta foi considerada por todos como razoável e equilibrada, atendendo às singularidades e à realidade local.

Decorrente deste processo, sugere-nos a seguinte proposta no que diz respeito ao 1º CEB:

Compensar esta deslocação/distância com um número máximo de 15 alunos na escola/ turma de acolhimento: No caso de se verificarem encerramentos de escolas que obriguem a deslocar alunos 10km ou mais, sugere-se, como forma de “compensar” estas crianças, que sejam acolhidas e mantidas numa turma com o máximo de 15 alunos, enquanto tal situação durar. Sabemos que as distâncias destas deslocações, pelo encerramento de escolas, representam perdas na relação direta com os encarregados de educação e comunidade, facto que prejudica a aquisição das aprendizagens. Estas crianças devem por isso, ser melhor acompanhadas durante o seu processo deslocalizado de ensino/aprendizagem.

Finalizamos este capítulo das propostas, voltando a referir a necessidade **urgente** de ampliação/renovação e modernização **da única Escola Secundária do Concelho**, projeto da Parque Escolar – Fase 3 – que não foi executado.

7. PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO

Definimos anteriormente como calendário operacional, a revisão da carta educativa para o final do ano de 2011 – dezembro - ou seja os cinco anos previstos na legislação. Não consideramos necessária a sua anterior revisão, dado que algumas das propostas de (re)ordenamento se concretizaram nesse mesmo ano e até no seguinte (2012). A revisão da Carta educativa “esperou” os resultados do INE, Censos de 2011 no sentido de atualizar dados sociodemográficos essenciais à planificação dos destinos da educação no concelho.

O documento atual pretende-se um instrumento de intervenção, pelo que a reflexão das necessidades educativas decorre essencialmente da análise do contexto local e dos recursos disponíveis.

Reiteramos a certeza na importância do processo de monitorização deste instrumento e por conseguinte do acompanhamento da realidade que o mesmo permite fazer, assumindo o seu caráter situacional. As políticas educativas locais deverão ser reflexo da realidade que representam e por isso, mostrar-se em conformidade com estas. O acompanhamento e o desenvolvimento das políticas educativas locais encontram neste documento e no Conselho Municipal de Educação conteúdo e forma.

A próxima revisão da Carta Educativa perspectiva-se a 5 anos, com muitas expectativas nas políticas educativas do país e na evolução da sua conjuntura económica/financeira. Seguindo as indicações a propósito da monitorização das Cartas Educativas, deverão utilizar-se os meios técnicos e as ferramentas efetivamente capazes de gerir e relacionar estas informações, caso do SIG (Sistema de Informação Geográfica – em fase de implementação/teste no Município), reconhecendo desde já a utilidade particular desta ferramenta, no acesso às informações e na possibilidade das análises interligadas, comparativas e dinâmicas das múltiplas variáveis decorrentes das suas funcionalidades alfanuméricas.

O processo de monitorização permitirá, se devidamente gerido, manter o instrumento atualizado e por conseguinte traçar a qualquer momento novas propostas que se considerem adequadas à realidade que trata.

8. CONCLUSÃO

A conjuntura demográfica, económica, política e social que vivemos, aliada ao cunho muito particular das realidades educativas, exige uma constante e ágil capacidade de adaptação às circunstâncias, espelhadas na forma como se acompanha o planeamento da realidade, o que obriga a um processo educativo em permanente construção.

O compromisso assumido pelo Município, na responsabilidade partilhada do planeamento e gestão da educação, com a elaboração da primeira carta educativa do Concelho, é agora reiterado com revisão do mesmo documento. A (re)construção do desafio permitiu traçar novo reordenamento da rede educativa local, decorrente da realidade situacional e dinâmica tratada neste novo instrumento de projeção, gestão e avaliação educativa.

A apresentação da 1ª Carta Educativa, envolvendo a comunidade escolar, encarregados de educação, Conselho Municipal de Educação e Autarquia, com as propostas indicadas e seus compromissos, foi o mote para se definirem as políticas municipais de educação. Estas políticas visaram intervir no real e, assim, contribuir para uma mudança e transformação, de forma a criar condições para que as comunidades educativas do concelho de S. Pedro do Sul se possam desenvolver ao nível da sua educação formal, informal e não formal.

Atendendo às sensibilidades demográficas, sociais e económicas, foram supridas certas necessidades do Concelho e a conseqüente melhoria da qualidade do serviço educativo, com intervenções ao nível do pré-escolar e 1º CEB, em diferentes momentos: execuções a curto, a médio e a longo prazo, como aqui se descreveram.

Outras estavam previstas e não foram concretizadas...Face às avaliações e conclusões realizadas ao longo do período de vigência da 1ª Carta Educativa, especialmente tendo em conta a redução da população em idade escolar (tendência que se antevê manter), com as previsões de alteração à hierarquização dos aglomerados populacionais e de acordo com as diretrizes do ME, algumas propostas ficaram por cumprir e revelam-se hoje completamente desajustadas.

Em contrapartida, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, conforme as recomendações do Ministério da Educação⁴⁰, apelando para o aprofundamento dos contextos sócio-comunitários locais, disponibilizando todos os recursos ao serviço da educação pública e das aprendizagens, com liberdade, equidade e rigor, visando a melhoria progressiva de processos e resultados, apresenta nesta 2ª Carta Educativa propostas muito conscientes. Com uma programação financeira – estimativas de custos bastante inferiores, as propostas que aqui se apresentam são, como aquelas que já receberam concretização, igualmente válidas para um Concelho que se pretende desenvolver.

⁴⁰ Diário da República, 2.ª série – n.º 227 – 23 de novembro de 2012.

A 2ª Carta Educativa Municipal implica mais compromisso, responsabilidade e equidade com o (re)ordenamento da rede escolar e as resoluções às alterações à escolaridade mínima obrigatória (agora o 12º ano) e a conseqüente adequação da dimensão e condições das escolas ao século XXI de forma a promover o sucesso educativo e combater o abandono escolar. Assim se justifica um ajuste nas políticas educativas municipais, fitando o objetivo de uma educação para todos que incremente a qualidade do processo ensino/aprendizagem adaptado às exigências atuais e as expectativas da comunidade escolar. A coesão territorial nacional exige de todos uma visão integradora nas diferentes variáveis que conduzam ao sucesso académico.

Verificando-se o aumento percentual da população idosa e a diminuição da população em idade escolar, importa articular interesses e promover projetos educativos no âmbito intergeracional, que já se verificam, promovidos também pelos agrupamentos de escolas.

No campo de ação do projeto local de educação – “Educar Para A Cultura” –, cremos ser pertinente alargar o seu âmbito e potenciar, além dos equipamentos culturais e de lazer, a história, o valor e riqueza histórica, patrimonial e cultural existente no concelho de S. Pedro do Sul, com uma gestão integrada do projeto, transversal à sociedade.

A autonomia que a Autarquia dispõe na promoção das políticas educativas municipais, reveste-se de um processo social e comunitário, pressupondo uma responsabilização progressiva, uma conquista social local, enfim, uma crescente adequação entre processos e resultados, com participação e compromisso da educação no espaço público, o que faz da autonomia, mais do que uma questão técnica, um processo político que deve privilegiar parcerias.

Por fim, em jeito de conclusão geral, consideramos que, esta (re) construção da Carta Educativa, constitui um instrumento de planeamento e de gestão mais afinado, de acordo com a nova realidade social, económica e educativa concelhia, mais integrada na competência e autonomia ao nível político/administrativo local, municipal e, até, supramunicipal, sempre que a conjuntura se afigure benéfica para as comunidades escolares. Trata-se de um documento proativo, cujo, ao longo do tempo, através da sua gestão integrada, pode incrementar uma melhor participação social na educação e recrutar para este campo de ação social mais parceiros, com um maior grau de comprometimento, promovendo uma educação ao longo da vida, por forma a contribuir para que todos os envolvidos no processo educativo se possam movimentar livre e conscientemente no mundo em que estão inseridos.